



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA SUELI DE JESUS BATISTA

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PLANO DE
REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU: UMA ALTERNATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

SALVADOR

2014

MÁRIA SUELI DE JESUS BATISTA

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PLANO DE
REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU: UMA ALTERNATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciência Econômicas da Universidade Federal de Bahia como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa
Mata

SALVADOR

2014

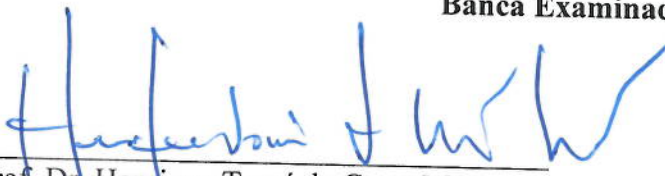
MARIA SUELI DE JESUS BATISTA

**AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DO PLANO DE
REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU: UMA ALTERNATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

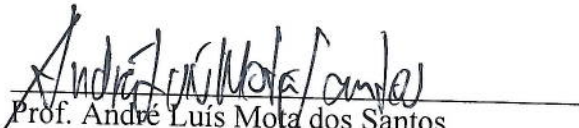
Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 29 de julho de 2014.

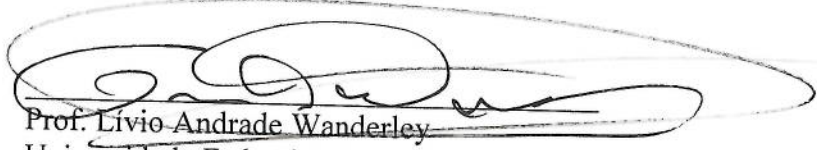
Banca Examinadora



Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia



Prof. André Luís Mota dos Santos
Universidade Federal da Bahia



Prof. Lívio Andrade Wanderley
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a meus filhos, Ian Victor e Arthur Gabriel, pelas horas de carinho e dedicação que lhes foram negados para tornar possível a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir chegar até aqui com vida e saúde.

Aos meus pais, Sinval e Neide, pelo amor e carinho dedicados ao longo da minha vida.

A minha família, esposo e filhos, pela paciência e incentivo que não me fizeram desistir.

A esta instituição de ensino, e seu corpo docente, que permitiu ampliar meus conhecimentos e fazer de mim alguém mais atuante dentro da sociedade.

Em especial a meu professor orientador, Henrique Tomé, pelos esclarecimentos, correções e incentivos.

Aos meus amigos da faculdade pelos momentos de estudo e de diversão que quase sempre se confundiam.

E a todos que de alguma forma contribuíram para tornar possível a concretização deste trabalho.

RESUMO

O Parque São Bartolomeu (PSB) é parte importante da APA Bacia do Cobre. Seus atributos naturais e culturais opõem-se à contextualização socioespacial e econômica de seu território caracterizado por um processo de urbanização excludente e pelo legado de negligências e falta de políticas públicas direcionadas ao planejamento urbanístico e ao fomento de iniciativas econômicas que estimulem a desenvolvimento local. Nessa atmosfera, merece destaque as políticas de ordenamento e estruturação da Bacia do Cobre e mais precisamente ao Projeto de Recuperação e Revitalização do PSB. As intervenções de políticas públicas ressaltam a crescente preocupação com a qualidade de vida local que envolve a articulação e integração de diversas componentes, a exemplo de habitação, coesão social, sustentabilidade e mobilidade. A importância do parque enquanto ativo cultural e socioambiental conserva em seu território a marca da diversidade e dos elementos simbólicos e religiosos associados à matriz africana na Bahia, cujo processo de requalificação pode e deve ressaltar, pois vislumbra uma nova etapa de perspectivas na promoção das potencialidades ambientais, socioculturais e econômicas. Para entender melhor a relação das populações de borda com o parque será feito um estudo quantitativo no sentido de identificar e analisar os efeitos sociais, ambientais e econômicos correntes do processo de requalificação em relação ao desenvolvimento da localidade. Ciente disso, neste trabalho se discute o parque em termos de sua dimensão socioambiental, do sentimento de pertencimento e do envolvimento da população nos litígios associados ao parque. Destaca-se a relevância da articulação entre os diferentes atores sociais em busca de modelos adequados de gestão que promovam o desenvolvimento local sustentável com vistas, por exemplo, ao turismo comunitário. Desenvolveu-se uma abordagem de caráter multidisciplinar e respaldada nos conceitos que potencializam referências econômica, social e ambiental do território em questão.

Palavras-chave: Parque São Bartolomeu. APA. Requalificação. Desenvolvimento Local. Diversidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Leito do Rio do Cobre.....	19
Figura 2 – Barragem do Cobre	19
Figura 3 – Bacia do Cobre. Limitada pela rodovia BR-324, a Avenidas Afrânio Peixoto e Estrada da Base Naval de Aratu.....	43
Figura 4 – Vista Aérea do Rio do Cobre e em destaque o Conj. Habitacional Pirajá I.....	44
Figura 5 – Enseada do Cabrito, ponte ligando os bairros de Plataforma e Praia Grande (Itacaranha), ao fundo a Baía de todos os Santos e parte da Península de Itapagipe. Em destaque a comunidade de São Bartolomeu.....	45
Figura 6 – Fábrica São Brás no bairro do São João do Cabrito e ao fundo o bairro de Plataforma, 2012.....	50
Figura 7 – Unidades habitacionais entregues.....	73
Figura 9 – Uso e ocupação da área da Bacia do Cobre, ano 1998.....	100
Figura 10 – Uso e ocupação da área da Bacia do Cobre, ano 2008.....	100

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Cachoeira de Oxum (poluída).....	19
Foto 2 – Cachoeira de Oxumaré.....	24
Foto 3 – Pedra de Omolú.....	24
Foto 4 – Praça de Oxum.....	24
Foto 5 – Unidade habitacional com atividade agrícola.....	47
Foto 6 – Criação de animais.....	47
Foto 7 – Grande quantidade de garrafas pet.....	48
Foto 8 – Cascata de lixo.....	48
Foto 9 – Via de contorno/Sistema de Proteção.....	72
Foto 10 – Creche Heroínas do Lar.....	72
Foto 11 – Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá.....	72
Foto 12 – Unidades habitacionais em construção.....	72
Foto 13 – Centro de Referência Parque São Bartolomeu.....	73
Foto 14 – Praça de Eventos (em fase de implantação).....	73

LISTA DE GÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero.....	56
Gráfico 2 – Faixa etária.....	56
Gráfico 3 – Nível de escolaridade.....	57
Gráfico 4 – Renda familiar mensal.....	57
Gráfico 5 – Estado civil.....	58
Gráfico 6 – Ocupação.....	58
Gráfico 7 – Tipo de moradia	59
Gráfico 8 – Importância do PSB.....	60
Gráfico 9 – Por que o PSB é importante?	60
Gráfico 10 – O que mais lhe atrai no PSB?	61
Gráfico 11 – O que falta no PSB?	62
Gráfico 12 – Grau de envolvimento na conservação do PSB.....	63
Gráfico 13 – Acompanhamento das tomadas de decisão.....	63
Gráfico 14 – Resultados alcançados X Oportunidade de negócios.....	64
Gráfico 15 – Em que aspecto o processo de requalificação irá favorecer o desenvolvimento do PSB?.....	64
Gráfico 16 – Classificação dos resultados alcançados.....	65
Gráfico 17 – Em que aspectos os resultados alcançados foram aquém do esperado?.....	65
Gráfico 18 – Em que grau a identificação do parque com as religiões de matriz africana lhe incomoda?.....	66
Gráfico 19 – Grau de importância do PSB na construção da identidade cultural da cidade do Salvador.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variável para efeito de determinação do tamanho da Amostra.....	31
Quadro 2 – Dados para determinação da Amostra e Desvio padrão.....	32
Quadro 3 – Deficiências da oferta de turismo comunitário.....	38
Quadro 4 – Resumo dos investimentos e benefícios.....	69
Quadro 5 – Estratégias de Desenvolvimento Social.....	70
Quadro 6 – Poligonais de Intervenção Física (PIF) da PIS do Cobre.....	71
Quadro 7 – Gestão Compartilhada do Programa de regionalização do turismo.....	86
Quadro 8 – Conselhos Gestores da Unidade de Conservação do Estado da Bahia: Bacia do Cobre/São Bartolomeu.....	87

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPPA – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental
DL – Desenvolvimento Local
DOE – Diário Oficial do Estado
DOM – Diário Oficial do Município
EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA – Instituto de Meio Ambiente
IQA – Índice de Qualidade Ambiental
MCMV2 – Minha Casa Minha Vida 2
OD – Oxigênio Dissolvido
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB – Produto Interno Bruto
PIDS – Plano Integrado de Desenvolvimento Social
PIF – Poligonais de Intervenção Física
PIS – Poligonais de Integração Social
PM – Polícia Militar da Bahia
PMS – Prefeitura Municipal de Salvador
PSB – Parque São Bartolomeu
RA – Região Administrativa
RLAN – Refinaria Landulpho Alves
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SECI – Secretaria Cidade Sustentável
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia

SETIN – Secretaria de Tecnologia e Informação
SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SF – Subúrbio Ferroviário
SM – Salário Mínimo
SMA – Superintendência do Meio Ambiente
SSP – Secretaria de Segurança Pública
TBC – Turismo de Base Comunitária
UC – Unidade de Conservação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
ZEPAM – Zona de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O PARQUE SÃO BARTOLOMEU NO CONTEXTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO COBRE	17
2.1	A RELEVÂNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO COBRE	17
2.2	ASPECTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS À BACIA HIDROGRÁFICA	18
2.3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CULTURAIS	20
2.3.1	O Quilombo do Urubu: um território remanescente	21
2.4	OS VALORES DA IDENTIDADE RELIGIOSA DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU	23
3	METODOLOGIA	27
3.1	ETAPAS DA PESQUISA QUALITATIVA	27
3.1.1	Pesquisa bibliográfica	27
3.1.2	Reconhecimento de campo	28
3.2	ETAPAS DA PESQUISA QUANTITATIVA	30
3.2.1	Determinação do tamanho da amostra	30
3.2.2	Determinação da média amostral (X)	31
4	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS	33
4.1	FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	33
4.2	O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	37
5	DIMENSÕES ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS DA ÁREA DE PESQUISA	41
5.1	ATIVIDADES ANTRÓPICAS EM UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO	46
5.2	ANTECEDENTES DISTRIBUTIVOS	49
5.2.1	Pobreza e desigualdades	51
5.2.2	Liberdades e capacidades	53
5.3	RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA EMPÍRICA	55
5.4	AValiação DO PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DO PSB	59
5.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	67
6	INTERVENÇÕES REALIZADAS NO PARQUE SÃO BARTOLOMEU E ENTORNO	68

6.1	AÇÕES SOCIAIS E INTERVENÇÕES FÍSICAS	68
6.1.1	Polígono de Integração Social	69
6.1.2	Polígono de Intervenções Físicas	70
6.1.3	Análise das intervenções através de registros fotográficos	71
7	AÇÕES INSTITUCIONAIS E LEGAIS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO PSB	76
7.1	O PDDU COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DO PSB	77
7.2	A JURISDIÇÃO DA GESTÃO DO PSB	79
7.3	O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES E A FORMAÇÃO DE REDES INTERSETORIAIS	81
7.4	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL	84
7.5	IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO DESCENTRALIZADO	86
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE	98
	ANEXO	100

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com o crescimento desordenado das cidades tem gerado discussões que exigem aplicar conhecimento multidisciplinar. As profundas transformações do espaço urbano atraem profissionais das áreas de geografia, urbanismo, economia, arquitetura e paisagismo. Os desequilíbrios distributivos, com reflexos nas questões de cunho social e ambiental, fomentam as discussões entre sociólogos, antropólogos e economistas. São temas que parecem distantes, mas conhecimentos que ajudam a explicar melhor as questões envolvendo sociedades que se caracterizam pela diversidade ambiental, cultural, econômica e histórica.

O Parque São Bartolomeu (PSB) é importante representante desta diversidade e se constitui um dos últimos remanescentes de mata atlântica em área urbana do Brasil. Somado aos demais parques da cidade, representa o “patrimônio verde da cidade do Salvador” e como eles, sofre com a ação antrópica e com a falta de habilidade dos poderes públicos em gerir áreas de relevante importância ambiental. Seu território é parte integrante da Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre que, por ter sido cenário de lutas que contribuíram para a consolidação da Independência da Bahia, sua área é considerada um santuário para religiões de matriz africana.

Do ponto de vista urbanístico o PSB se prepara para um novo leque de oportunidades que se cristalizam, sobretudo, a partir da conclusão das obras de Requalificação e Revitalização Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre. As obras em andamento prometem valorizar os atributos naturais e históricos do local, possibilitando às populações do entorno a oportunidade de fomentar, inclusive, suas atividades econômicas. Resta saber se este plano considerou a legitimidade e a participação da população na discussão do projeto, reforçando a interação entre o setor público e as comunidades e da importância do diálogo no processo de tomadas de decisões sobre a gestão do Parque.

O Parque Metropolitano de Pirajá foi criado em 1978, ele inclui o PSB, o Parque Florestal da Represa do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá que, juntos, representam um total de 1.550 hectares de florestas, cachoeiras e rios, em grande parte já alterados pela degradação da mata e pelos danos causados aos mananciais por causa da poluição. Essa ação institucional de preservação garantiu o reconhecimento oficial dos valores científicos, ambientais, históricos,

culturais, educativos, religiosos e turísticos deste importante território. Entretanto, o contexto social e urbano no qual o território fica inserido facultou o seu quadro de abandono.

Este estudo pretende investigar, a partir do plano de requalificação do Parque Metropolitano de Pirajá/PSB, os novos elementos de políticas que se traduzem em mudanças sociais, econômicas e ambientais à população do entorno, nomeadamente no que concerne ao equilíbrio necessário do aproveitamento consciente das potencialidades turísticas, econômicas e ambientais do parque e a demanda por conservação e preservação do ecossistema. Busca-se investigar a importância do PSB na preservação da identidade local simultaneamente às suas dimensões econômicas e socioambientais.

Um dos objetivos desta pesquisa consiste em discutir o Plano (projeto e obras) de Requalificação do PSB considerando as propostas de desenvolvimento local que, por analogias, estão relacionadas às alternativas de desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC). Esta modalidade de práticas turísticas se motiva no reconhecimento da valorização mútua das identidades culturais e nas trocas de conhecimentos, coincidentes com a ideia de diversidade dos valores endógenos do PSB.

O Parque Metropolitano de Pirajá/PSB é parte integrante de uma Unidade de Conservação (UC) – a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu instituída desde 2001. Esta importante iniciativa destaca a importância da diversidade ambiental, cultural e possibilita o incremento de atividades econômicas para a região. A ação amplia a proteção das várias espécies da fauna e da flora na região e reconhece o potencial hídrico que já abasteceu mais de 200 mil habitantes, mas atualmente sofre com os efeitos do crescimento populacional desordenado e da falta de ordenamento dos espaços ambientais urbanos, características acentuadas das grandes metrópoles.

A Região Administrativa Subúrbio Ferroviário de Salvador é o contexto urbano onde se localiza o PSB. Nela existem conflitos e tensões de natureza distributiva que se disseminam nas áreas sociais, de saúde, transporte, educação e, principalmente, segurança pública. Nesse sentido, não há garantias de que o plano de requalificação possa reverter o legado de abandono e insuficiência de políticas públicas para essa região da cidade.

Iniciadas em 2009, as obras auferem novos impulsos a partir da assinatura, no dia 23 de agosto de 2011, do Protocolo de Intenções que, entre si, celebram o município do Salvador com a interveniência da Superintendência do Meio Ambiente (SMA) e o estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) responsável pela formulação, planejamento e acompanhamento da execução da política de desenvolvimento urbano, habitação e de interesse social do Governo da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) responsável pela execução das obras.

A obra que faz parte da Unidade de Gestão de Projetos Dias Melhores da SEDUR tem números grandiosos: são mais de 48 mil beneficiários diretos, cerca de 115.000 mil indiretos, 477 famílias reassentadas, mais de 3000 mil unidades habitacionais concluídas e em fase de conclusão. O principal investidor é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com quase 130 milhões investidos, o Governo Federal através do programa Minha Casa Minha investiu mais de 57 milhões de reais. Todo o projeto está estimado em quase 200 milhões, um marco para a cidade em investimentos nas áreas de revitalização e urbanização (BAHIA, 2012).

Essa nova etapa de perspectivas representa para os moradores locais e, pela abrangência da obra, para todo o Subúrbio Ferroviário de Salvador que também será beneficiado com várias ações paralelas às obras de requalificação inclusas no Projeto Dias Melhores, a oportunidade de ver esforços dos governos estadual e municipal se unirem por um único propósito: promover ações de restauração e preservação da Bacia do Cobre, avalizando importância maior ao PSB.

As iniciativas desenvolvidas trazem para a população do subúrbio ferroviário opções de lazer e entretenimento e de serviços públicos; um alento para uma região caracterizada pelos graves enclaves distributivos e pelos altos índices de criminalidade, os maiores da cidade do Salvador segundo dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). Mas apenas uma ação, mesmo sendo ampla e duradoura, não será o suficiente para reverter o legado de esquecimento e de negligência vivenciado pelo local nas últimas décadas.

A vertente tomada por este trabalho tomará a direção das novas propostas de desenvolvimento econômico que incluem, em suas análises, as questões sociais, ambientais e culturais num

contexto regional com a promoção de iniciativas voltadas para a sustentabilidade cujo objeto de estudo caracteriza-se pela diversidade. Essa proposta é discutida ao destacar a importância do Parque São Bartolomeu em seus vários aspectos (ambiental, cultural, histórico e social), inserido no contexto ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre.

Ao analisar a interação entre as dimensões espaciais e socioeconômicas faz-se uma explanação sobre os antecedentes urbanísticos e os fatores que contribuíram para a atual conformação espacial da Região Administrativa na qual o parque está inserido. A análise de alguns registros fotográfico descreve a degradação proveniente de atividades antrópicas dentro da área do parque. Nesta oportunidade, faz-se um paralelo entre os aspectos distributivos e socioculturais que caracterizam o Parque e reafirmam sua importância enquanto importante exemplar da diversidade da cidade do Salvador no entanto, encontra-se esquecido pelos poderes públicos e hostilizado por grande parte da população alheia a seus atributos histórico, ambiental e cultural.

As responsabilidades e as interações dos atores sociais na promoção de um ambiente tão fragilizado merecem destaque devido a importância do diálogo no processo de tomada de decisões, sobretudo na elaboração de planos gestores mais eficientes. As intervenções advindas pelo processo de requalificação serão expostas no capítulo seguinte onde serão descritos os principais equipamentos construídos e uma breve exposição sobre as cifras do projeto. Também nesta seção destaca-se a importância da interação entre as intervenções físicas e as propostas de desenvolvimento social.

Serão levantadas as possibilidades de desenvolvimento das potencialidades econômicas com vistas à proposta de turismo comunitário, reunindo as implicações decorrentes de tais perspectivas. A pesquisa campo realizada no entorno do PSB tem a intenção de verificar as características socioeconômicas e de conferir as intervenções físicas e de agenciamento social na percepção das populações de entorno do Parque. Nesta oportunidade será feita a vinculação entre os resultados dos dados da pesquisa de campo e o conteúdo qualitativo do trabalho para ratificar (ou retificar) todo o conteúdo exposto.

2 O PARQUE SÃO BARTOLOMEU NO CONTEXTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO COBRE

Para entender melhor a caracterização do PSB será necessário, antes, dimensioná-lo em suas várias nuances. Enquanto tecido ambiental o parque está contido na área da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu e, enquanto território, o parque faz parte do maior “bolsão de pobreza” da cidade do Salvador, o Subúrbio Ferroviário. Os dois espaços é parte integrante da Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre e destacam-se por seus valores histórico, cultural e ambiental que contribuem para a formação da identidade da cidade do Salvador-BA.

2.1 A RELEVÂNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO COBRE

A Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre ocupa uma área de 2.660 ha, o que corresponde a 6,69% da área da cidade de Salvador sendo considerada a quinta maior Bacia do Município. Está inteiramente localizada no município de Salvador e limita-se na borda leste pela Baía de Todos os Santos, a oeste pela BR-324, ao Norte pela Bacia do Ipitanga, e ao Sul pelas Bacias Pedras/Pituaçu, Camurujipe e de Drenagem de Itapagipe (SANTOS, 2010 p. 281). Ocupa grande parcela do território do Subúrbio Ferroviário, núcleo de um dos vetores de expansão da cidade que se identifica como “principal região-problema da malha urbana da cidade do Salvador”. Integra a Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte da Bahia e está enquadrada na Região Administrativa das Águas do Recôncavo Norte (CORDEIRO, 2009 p. 32-41). Suas principais características são:

- a) Uma área verde não protegida de aproximadamente 400 ha onde está localizada uma das principais nascentes do Rio do Cobre que forma a Lagoa da Paixão, em processo acelerado de *antropização*;
- b) Um complexo de bairros com predominância de assentamentos clandestinos e ocupações desordenadas;
- c) O Parque Metropolitano de Pirajá, conhecido também como Reserva Florestal do Cobre com uma superfície de 150 ha, dos quais 75 ha correspondem ao Parque São Bartolomeu, de fortes significados cultural, histórico e paisagístico. O Parque Metropolitano de Pirajá se constitui o maior remanescente de Mata Atlântica da

Região Metropolitana de Salvador e um dos mais importantes em zona urbana do Brasil (ESPINHEIRA, 1998);

- d) Uma Área de Proteção Ambiental Estadual (APA)¹ Bacia do Cobre / São Bartolomeu com uma extensão territorial de aproximadamente 1.134 ha (BAHIA, 2007)

2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS À BACIA HIDROGRÁFICA

A bacia do Cobre compõe uma área cujas ameaças a sua qualidade ambiental, apesar das ocupações desordenadas, “encontra-se relativamente conservada”. Esta é a única bacia soteropolitana a apresentar níveis aceitáveis de Oxigênio Dissolvido (OD) é o que consta na análise feita pela Superintendência de Meio Ambiente (SMA) (SANTOS, 2009 p. 284).

O rio que denomina a bacia (Rio do Cobre) tem seis nascentes, a principal delas está localizada na Lagoa da Paixão, no bairro Moradas da Lagoa. É cortado pela BA-528 (Estrada da Base Naval de Aratu), sendo barrado em seu médio curso pela represa de mesmo nome (atualmente desativada). A área é protegida e enquadrada como “Parque Florestal da Represa do Cobre”.

As águas do rio do Cobre separam alguns bairros da margem direita (Alto da Terezinha e Rio Sena) e Pirajá, na margem esquerda, passa pelo Parque São Bartolomeu e deságua na Enseada do Cabrito, onde as pressões urbanas são maiores, comprometendo, portanto, a qualidade das águas do estuário e da referida enseada. Além dos anteriormente mencionados também fazem parte dessa Bacia os demais bairros do Subúrbio Ferroviário, o bairro de Valéria e o Porto Seco Pirajá (parte deste bairro encontra-se também na Bacia do Pedras/Pituaçu).

Infelizmente o potencial hídrico do rio e, conseqüentemente, da Represa do Cobre está comprometido e suas atividades foram suspensas devido à baixa vazão e ao alto grau de contaminação de suas águas. Fica evidente que os grandes investimentos em saneamento básico das décadas de 1980/90 – a exemplo do Bahia Azul e Ribeira Azul – não contemplou essa parte da cidade caracterizada pelo legado de negligência dos poderes públicos.

¹ A APA é uma categoria de Unidade de Conservação criada pela Lei Federal nº 6.902/81. [...] tem como uma das principais metas conciliar as atividades humanas, também aquelas relativas ao desenvolvimento econômico, com a proteção ambiental, contribuindo para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Embora não pareça tão poluído a interdição de sua barragem feita pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), em 2005, não deixa dúvidas quanto ao nível de poluição de suas águas. As análises feitas pelo SMA constatam que existem trechos altamente poluídos e trechos cujo Índice de Qualidade Ambiental (IQA) é regular ou bom. A constatação disso também pode ser verificada através das análises das figuras do local. Em contraste com a cachoeira poluída (foto 1) o leito do rio do Cobre (figuras 1) e a barragem do Cobre (figura 2) exibem a beleza do local. Os atributos ambientais do PSB é um convite à produção de projetos de desenvolvimento local ancorado nos moldes de turismo alternativo, a exemplo do turismo comunitário. Mas existem condicionantes de ordem estrutural que restringem a condução de tais projetos. Mais adiante este assunto será retomado.

Foto 1: Cachoeira de Oxum (poluída)



Fonte: Elaboração da autora

Figura 1: Leito do Rio do Cobre



Fonte: OLIVEIRA, 2011

Figura 2: Barragem do Cobre



Fonte: Associação Nova Esperança e Biblioteca Amoneia Parque (acervo virtual), 2010

O nível de poluição das águas da Bacia do Cobre está associado, muito justificadamente, ao alto grau de *antropização* da região de localização. O adensamento populacional unido às práticas irregulares de descarte do lixo doméstico, de empresas e do comércio são condicionantes relevantes que tornaram as águas do Rio do Cobre impróprias para consumo e para a quase extinta atividade de pesca. Nas seções seguintes serão expostos os argumentos que explicam, em parte, o processo de desestruturação urbana da área que circunda este importante ativo ambiental.

2.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CULTURAIS

Os primeiros habitantes do Brasil também foram os primeiros a ocupar a região costeira da cidade de Salvador (Parque São Bartolomeu, Alto do Cabrito, Pirajá). No século XVI os índios Tupinambás somavam até um milhão de habitantes e os índios Tupis Guarani que habitavam a região da Bahia à época do descobrimento encontraram na região da Baía de Todos os Santos – desde a Ribeira, na entrada da Enseada dos Tainheiros, até o bairro de Pirajá, incluindo o Parque São Bartolomeu – o “sítio defensivo” ideal que justifica o porquê desse local ser o escolhido para as primeiras ocupações da cidade de Salvador. (CORDEIRO, 2009 p. 67).

As grandes concentrações das aldeias Tupinambás estavam nos mesmos lugares em que os Portugueses, posteriormente, fundaram a cidade do Salvador, ou seja, na Baía de Todos os Santos, que corresponde a uma área próxima ao mar, ao mangue e às matas (CORDEIRO, 2009 p. 68).

A posição estratégica (ponto de entrada e saída por terra) somada à variedade e abundância de alimentos e de água doce fez da região refúgio ideal para escravos fugidos dos engenhos do Recôncavo Baiano. A convivência em um mesmo espaço de negros e índios permitiu o intercâmbio entre as duas etnias e se constitui a marca característica da diversidade cultural da cidade do Salvador.

Sob a liderança do padre Manoel da Nóbrega, os jesuítas fundaram aldeias para ensinar aos índios os princípios do cristianismo, induzindo-os ao abandono da vida nômade e dos hábitos considerados bárbaros para os colonizadores (poligamia, antropofagia, etc.) e a adoção de práticas agrícolas e de domesticação animais.

Em 1626 iniciou-se a construção da Fonte de São Bartolomeu da Passagem. Ali se preparou a estratégia da resistência da invasão a cidade pelos holandeses e sediou-se o principal foco de resistência á manutenção do domínio português após a proclamação da Independência do Brasil. As batalhas do Cabrito e Pirajá, entre meados de 1822 até o 2 de julho de 1823 foram travadas na região, conquistando-se a independência da Bahia e consolidando a independência do Brasil.

2.3.1 O Quilombo do Urubu: um território remanescente

Luta e resistência faz parte da identidade deste importante ecossistema. Longe da cidade que, àquela época ocupava em sua maior parte a faixa litorânea, ficava a Floresta do Urubu que, mais tarde, daria nome ao principal quilombo baiano – o Quilombo do Urubu (MOURA, 1986, p. 26, *apud*, BARBOSA, 2003). Compreendido entre a região das Cajazeiras até os limites do Parque São Bartolomeu a região do Quilombo do Urubu era bucólica e aprazível e se configurou abrigo ideal não apenas para negros fugidos do cativo e dos castigos da escravidão, mas também amparava negros libertos, índios e brancos foragidos da justiça. Sua região abrigava rios, cascatas e uma importante lagoa, a Lagoa do Urubu (situada onde hoje se conhece como Brasilgás) que abastecia a comunidade de água e de peixes.

A extensa vegetação, em sua maioria de Mata Atlântica, fornecia árvores frutíferas, abrigo do sol e das chuvas onde as pessoas viviam da agricultura, da pesca e dos frutos abundantes da região. Enquanto comunidade alternativa de resistência atuou incisivamente contra o sistema de escravidão, na condição de agente histórico de transformação social salvaguardou a tradição oral, o modelo de família extensa de herança africana e a preservação da identidade religiosa através da perpetuação dos elementos simbólicos das religiões de matriz africana.

Predominantemente ocupado por negros em busca pela liberdade através da negação de um sistema opressivo, o Quilombo do Urubu conservava a diversidade histórica e as especificidades étnicas que caracterizam o seu território. Trata-se de uma identidade coletiva definida pela “referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”:

[...] quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdo etnográficos e culturais (ARRUTI, 2003 p. 14 *apud* MARQUES, 2008 p. 24).

Os quilombos não eram locais apenas de refúgio contra os castigos físicos, neste território os escravizados podiam se sentir verdadeiramente humanos, uma vez que até essa condição lhes foi negada. Os padrões euro-ocidentais legitimados institucionalmente (pela Coroa e pela Igreja) passaram a admitir e a considerar o princípio da oralidade da cultura africana e o suposto politeísmo de suas religiões como casos anormais, fenômenos patológicos e inadmissíveis para o “padrão civilizado”. Por isso passaram a condenar e perseguir, com total apoio social, todas as tentativas de valorização da história do povo negro ou quaisquer iniciativas religiosas de origem africana, que passaram, desde então, a serem consideradas como “caso de polícia”. (SILVA, 1995, p. 42 *apud* MOUTINHO, 2008 p. 36).

Somado a isso, o estreitamento dos limites entre cidade e território quilombola prejudicava a convivência harmoniosa entre “cidadãos” e habitantes do quilombo. A aproximação de pessoas aos limites do parque tirava a privacidade dos quilombolas e seus costumes e ritos ficavam gradativamente mais expostos o que, por muitas vezes, causavam o estranhamento das pessoas que, até hoje se revelam alheias às especificidades de um território singular.

A condição de ilegalidade imputada aos quilombos brasileiros justificava os vários levantes contra esses territórios que, em muitos casos, resistiam com êxito. Mas em dezembro de 1826, após muitas outras investidas sem êxito efetivo, ocorre o levante que desmantelou o Quilombo do Urubu. Seus principais líderes, o “pardo” chamado Antônio e a líder da comunidade Negra Zeferina foram humilhados, amarrados e escarnejados até a Praça da Sé. Ambos foram presos e logo depois condenados a trabalhos forçados. Outros revoltosos também foram penalizados alguns também foram presos, desses muitos morreram na prisão, outros simplesmente desapareceram.

Apesar da importância da região para a formação da identidade cultural da cidade do Salvador e da Bahia não é fácil encontrar moradores de Pirajá e de áreas vizinhas que conheçam a história do lugar. Isso demonstra o quanto a população está alheia a historicidade do Parque e da região da Bacia do Cobre. Talvez por isso percebe-se em conversas informais com a população o quanto Parque é hostilizado, sobretudo pela crescente intolerância religiosa que, “aliada à perseguição histórica”, reproduzem atualmente nas ações das religiões e seitas evangélicas o repúdio às manifestações das religiões de matriz africana.

2.4 OS VALORES DA IDENTIDADE RELIGIOSA DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU

A identificação do PSB com as religiões de matriz africana justifica-se predominantemente pela remanescência de seu território quilombola que, aliado à abundância de elementos naturais (folhas, áreas verdes, água corrente, rochas), fez do local reduto de manifestações religiosas e de cultos, consolidando a força e a imponência de seus rituais. Como as áreas verdes em centros urbanos estão cada vez mais escassas, locais com atributos naturais consideráveis tornam-se ideais para práticas de manifestações dessa natureza. Mas a destruição de ambientes naturais tem obrigado os praticantes dessas religiões a se expor em áreas abertas, obrigando-os a se acurem para “dentro das áreas dos terreiros” (MOUTINHO, 2008 p. 151).

Não é difícil encontrar pessoas que repudiam o Parque por conta da associação que este tem com as religiões afro-brasileiras. O comportamento hostil da população é reflexo da falta de informação sobre essas religiões, potencializado pela “onda evangélica”² que vem ganhando cada vez mais adeptos. A falta de identificação da população de borda com as referências culturais do território prejudica o sentimento de pertencimento e dificulta a relação da comunidade com os assuntos do Parque.

Existem, porém, nas redondezas do Parque grupos de apoio e valorização da cultura afro-brasileira, inclusive no bairro de Pirajá, o Cortejo Afro é uma dessas entidades. Um dos principais blocos afro da cidade o Cortejo Afro não é apenas um bloco de carnaval, idealizado em 1998, pelo artista plástico Alfredo Pitta, sua sede é o terreiro Ilê Axé Oyá. A entidade é responsável pela valorização da cultura negra e por disseminar “a mistura de ritmos, signos, cores das diversas formas de expressão que conferem a este bloco uma singularidade especial presente na batida vibrante e contagiante de seus tambores”.

O maior referencial da identidade religiosa está presente na nomenclatura dos locais e das cachoeiras existentes no interior do Parque. Cachoeiras de Oxumaré ou São Bartolomeu (queda d’água do rio do Cobre); Oxum e Nanã (quedas d’água do riacho Mané Dendê, que é afluente da margem direita do rio do Cobre); Praça de Oxum e Pedra de Omolu são alguns

²“Em 1960, os evangélicos eram apenas 4% da população, mas em 2010 alcançaram a marca de 22,2% (ou 42,3 milhões de pessoas), sete pontos percentuais a mais do que em 2000, quando eram 26,2 milhões (61% a menos)” (CHAMMAS, 2014).

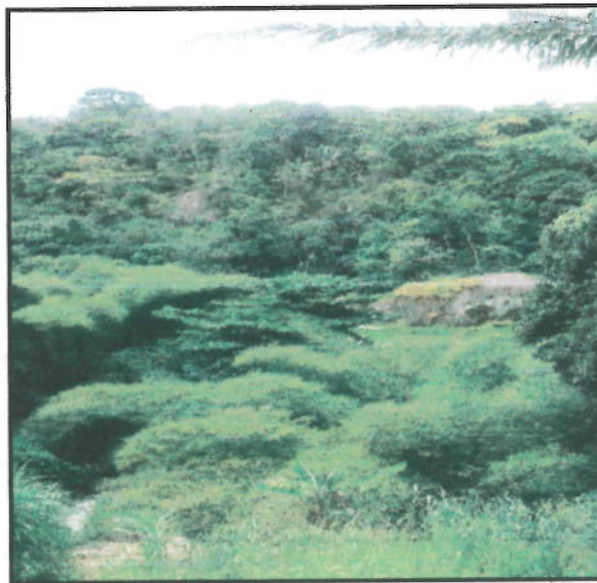
dos nomes que caracterizam a cultura negra do lugar que se estende para a Região Administrativa na qual o Parque está inserido.

Foto 2: Cacheira de Oxumaré



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 3: Pedra de Omolú



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 4: Praça de Oxum



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Recentemente a Região Administrativa que abriga o Parque São Bartolomeu – Subúrbio Ferroviário – tem vivenciado um crescente movimento de valorização dos atributos naturais, históricos e culturais. A diversidade desses atributos nas áreas ambiental, sociocultural e histórica vocacionam a região a desenvolver um modelo de turismo com “selo próprio” cuja identidade foi forjada no decorrer de sua construção histórica.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA QUANTITATIVA

O propósito da pesquisa quantitativa está em explicar as causas de determinadas mudanças em fatos sociais, ou seja, esta pesquisa é mais adequada quando as mudanças dos fenômenos sociais são recentes, caso específico das obras de Requalificação e Revitalização Urbana e Ambiental do PSB.

Neste método de pesquisa são requeridos alguns instrumentos de análise que, no caso específico deste trabalho baseia-se em aplicação de um questionário (Apêndice A) com perguntas pré-definidas. O uso deste instrumento caracteriza a pesquisa quantitativa pois requer uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

3.2.1 Determinação do tamanho da amostra

Para definir o tamanho da Amostra, dado que não existe nenhum estudo quantitativo anterior referente ao tema, e por isso não se pode conhecer o Desvio Padrão, deve-se realizar um estudo piloto, iniciando o processo de amostragem. Com base na primeira coleção de pelo menos 31 valores amostrais selecionados aleatoriamente, calcular o desvio-padrão amostral S – a partir de uma característica representativa – e utilizá-lo em lugar de σ . Este valor pode ser refinado com a obtenção de mais dados amostrais (CRESPO, 1999 *apud* FERRARI, 2004 p. 15-17). A expressão 1 ilustra a fórmula de determinação do número de amostras.

Fórmula 1: Determinação do número de Amostras

$$n = \left(\frac{Z_{\alpha/2} \cdot \sigma}{E} \right)^2$$

Onde, n é o Tamanho da amostra; $Z_{\alpha/2}$ é o Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado e assume o valor de 1,96; σ é o Desvio padrão da variável estudada, que no caso trata-se da faixa etária; E é a Margem de erro ou erro máximo de estimativa e identifica a diferença máxima entre a Média Amostral (\bar{X}) e a verdadeira Média Populacional.

3.2.2 Determinação da média amostral (\bar{X})

Em pesquisa de campo a menor idade observada foi de 16 anos e a maior 70 anos. Com base nisso procedeu-se os seguintes passos para a determinação da amplitude do intervalo e do número de classes necessárias. O número de classes é definido extraíndo-se a raiz quadrada de n . Se n representa o número de observações (na amostra ou na população, conforme for o caso) o número aproximado de classes pode ser calculado por Número de Classes (k) = \sqrt{n} . No caso desta amostra piloto temos $n = 31$, logo $n = 5,67$ podendo-se adotar um número 6 de classes, que será razoável.

Para determinar o intervalo entre classes calcula-se antes a Amplitude Total (AT) = $L_6 - l_1$. Na distribuição ($k = 6$), o limite superior da última classe ($i = 70$), vale $L_6 = 70$, enquanto o limite inferior da primeira classe ($i = 1$), vale $l_1 = 16$. Portanto, $AT = L_6 - l_1 \Rightarrow AT = 70 - 16 \Rightarrow AT = 54$. Determinado o número de classes e a Amplitude Total pode-se determinar o intervalo de classes ou a altura da classe (h) = $L_6 - l_1/k$ ou $h = 70 - 16/6 \Rightarrow AT = 54/6 \Rightarrow AT = 9$. Em geral, o valor do resultado é também arredondado para um número inteiro mais adequado o que não é o caso. Isso posto constrói-se a tabela abaixo.

Quadro 1: Variável para efeitos de determinação do tamanho da amostra

Faixa etária ⁴	Respostas	Percentual
De 16 a 25 anos	4	13%
De 25 a 34 anos	7	23%
De 34 a 43 anos	8	26%
De 43 a 52 anos	5	16%
De 52 a 61 anos	4	13%
De 61 a 70 anos	3	10%
Total	31	100%
Média para dados agrupados	41	

Fonte: Elaboração da autora

As expressões 2 e 2a são as fórmulas para a estimativas de média em dados agrupados.

$$\bar{x} = \frac{\sum f_i x_i}{\sum f_i} \dots\dots\dots(2)$$

⁴“De acordo com o IBGE as classes devem ser escritas como ‘*desta quantidade até menor que aquela*’, usando para isso o símbolo |. Assim, $li | Li$ significa inclusão de li e exclusão de Li . O indivíduo com 34, por exemplo, anos estaria na terceira classe ($i = 3$) e não na segunda” (*ibid.*, p. 14).

$$Xi = \frac{li + ls}{2} \quad (2a)$$

Onde, xi é o ponto médio de uma classe e fi é a frequência absoluta. São apresentados no Quadro 2 os dados usados na determinação do tamanho da amostra

Quadro 2: Dados para determinação da Amostra e Desvio Padrão

xi	fi	$xi*fi$	$(xi*fi)^2$	$xi-média$	$(xi-média)^2$	$(xi-média)^2*fi$
20,5	4	82	6724	-20,5	418,9	1675,7
30	7	210	44100	-11,0	120,3	842,0
39	8	312	97344	-2,0	3,9	31,0
48	5	240	57600	7,0	49,5	247,3
57	3	228	51984	16,0	257,0	1028,1
66	4	198	39204	25,0	626,6	1879,8
Σ	31	1270	29696	14,7	1476,2	5704,0
\bar{X}		41				190,1
S		13,8				

Fonte: Elaboração da autora

A expressão 3 mostra o procedimento de cálculo do Desvio-Padrão para dados agrupados.

$$s = \sqrt{\frac{1}{\sum_{i=1}^k f_i - 1} \sum_{i=1}^k ((x_i - \bar{x})^2 \times f_i)} \quad (3)$$

Pode-se inferir que, $X = 41$ e $S = 13,8$. Substituindo esses valores na fórmula 1, obtém-se o número de n , como abaixo:

$$n = \frac{(1,96 \times 13,8)^2}{(0,10)^2}, \text{ tal que } n = 149,3 \text{ ou, } n = 150.$$

Será necessária a aplicação de 150 questionários nos bairros limítrofes ao Parque São Bartolomeu. Uma ferramenta importante para a aplicação dos questionários é a possibilidade de disponibilizá-lo na forma virtual, sendo possível enviá-los apenas às pessoas e a grupos que tenham alguma identificação com o Parque. Após as aplicações dos questionários (físico e on-line) será feita a interpretação dos resultados, tornando-se possível o cruzamento de dados e a confecção de gráficos e tabelas.

4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS

Os novos modelos de desenvolvimento se exibem a partir da crise do desenvolvimento na visão clássica e ortodoxa⁵, focado em valores meramente econômicos. Num ambiente de diversidade, caso específico do objeto deste trabalho, uma nova dimensão de desenvolvimento com ênfase no território e no local se impõe, agregando responsabilidade e sustentabilidade, o que só se torna possível com a ampliação da participação cidadã e o reforço das ações institucionais. Essa nova perspectiva de desenvolvimento está em conformidade com as diversas concepções da proposta de desenvolvimento local que poderão ser experimentadas no âmbito do PSB.

4.1 FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DO PSB

O conceito de desenvolvimento local (DL) adotado por diferentes autores avoca diversos enfoques⁶, contudo, convergem para um ponto em comum: “a melhoria do bem estar e da qualidade de vida de uma população mediante a valorização dos recursos endógenos”. Assim:

Desenvolvimento Local é, sem dúvida, um movimento fundamentalmente endógeno, que surge da iniciativa da sociedade civil, vinculada a um território e a uma história concreta, fundamentada na valorização dos recursos locais com que conta, e que deve estar acompanhado de iniciativas institucionais de acompanhamento (RODRIGUES GONZÁLEZ, 1998, p. 7 *apud* QUEIROZ, 2007, p. 53).

Ainda em Queiroz:

O desenvolvimento local tem uma série de características definidas que, por ser democrático, parte de um impulso solidário local; endógeno, fomenta a valorização dos recursos próprios; integral, trata de harmonizar objetivos econômicos, sociais e meio ambientais; e sustentável, assegura a perduração dos recursos (QUEIROZ p. 54).

Trata-se abordagem que enfatiza o equilíbrio entre a valorização dos recursos endógenos, a preservação ambiental e a equidade social como princípio básico para a sua concretização.

Nesse contexto, DL requer mais que os resultados do crescimento econômico se baseiem

⁵ Em uma abordagem tradicional das teorias do desenvolvimento obtém-se um foco meramente econômico, associado ao crescimento linear e progressivo, cuja acumulação de capital se dá de maneira indiscriminada e predatória. No entanto, mesmo um crescimento econômico associado ao crescimento social também não se torna necessariamente sustentável, pois quando os recursos naturais são consumíveis em um tempo insuficiente de recuperação pode resultar em um crescimento apenas por um período limitado.

⁶ Sobre outras formas de abordagem de desenvolvimento local pode ser encontrada em (QUEIROZ, 2007 p. 50-60).

simplesmente em índices quantitativos, seus princípios propõem mudanças significativas no padrão de condições e qualidade de vida da população da região investigada. O conceito abarca questões que transcendem as dimensões econômicas, valoriza a busca por qualidade de vida e determina a introdução de outras variáveis a exemplo de saúde, educação, segurança, acesso a informação e meio ambiente.

Percebe-se a semelhança do conceito de DL com o próprio conceito de desenvolvimento. Sem a intenção de revisitar a extensa produção sobre a temática, mas entendendo que se trata de um conceito central na história do pensamento econômico ocidental – sobre o qual muito se tem escrito sem que tenha sido alcançado um consenso quanto ao seu significado – esta pesquisa reconhece a ambiguidade do conceito, mas entende que, em muitos casos, converge para o enfoque da promessa de realização plena das potencialidades humanas. Nessa estrutura de abordagem, pesquisadores contemporâneos recorrem a diferentes gerações para definir desenvolvimento.

[...] um processo que implica em alterações qualitativas na estrutura socioeconômica, com a maior eficácia do sistema produtivo e a elevação das condições de vida dos cidadãos, possibilitada, entre outros fatores, pela melhoria da distribuição de renda, das condições sanitárias gerais, do nível educacional, do sistema de saúde, do abastecimento alimentar, da distribuição espacial e da estrutura de produção (FURTADO, 1974, *apud* MURICY, 2009).

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, *apud* CARDOSO, 2009 p.40)

Em oportunidade anterior neste trabalho foi exposto que as falhas no andamento do processo de desenvolvimento da região de pesquisa com enfoque na satisfação plena das potencialidades humanas. Nessa perspectiva tanto a abordagem de Furtado quanto a de Sen apresentam analogias. Os dois autores defendem a procedência de crescimento econômico, como condição necessária, porém não suficiente, para que se configure sucesso do processo de desenvolvimento abalizado na abordagem multidimensional.

Fato marcante da abordagem dos autores destaca a importância da eficácia do sistema produtivo como forma de alavancar desenvolvimento. Nessa perspectiva, a região que abriga o PSB não detém elementos para que se configure pleno sucesso do processo de

desenvolvimento: grande parte de sua população compõe a massa de subempregados e outra parcela significativa pertence a uma forma de organização produtiva de baixa complexidade econômica, resultando em baixos níveis de salários e de renda, dessa maneira as populações circunvizinhas ao PSB estão expostas a falhas no andamento do processo de desenvolvimento com enfoque na satisfação plena das necessidades humanas, comprometendo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Os acréscimos em capacidades técnicas e comerciais para que os trabalhadores locais/regionais possam agregar valor às atividades econômicas, utilizando, de forma racional e competente, tecnologias de produção ajustadas às vocações locais, às condições ambientais e à preservação dos recursos naturais existentes é condição precedente para que se articulem especificidades locais com potencialidades de recursos humanos locais. Esta condição é determinante para promover DL.

Outro aspecto importante do conceito de DL salienta a importância da articulação dos diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas. Cada um dos atores sociais tem responsabilidades para contribuir com o DL e o Estado enquanto agente regulador tem acentuado papel na promoção deste desenvolvimento.

Um processo concreto de organização do futuro de um território, resultante dos esforços conjuntos da população afetada, de seus representantes, dos atores socioeconômicos e eventualmente dos agentes do Estado, para construir um projeto de desenvolvimento integrado às diferentes componentes: econômicas, sociais, culturais e as atividades e recursos locais". (RODRIGUEZ GONZÁLES, 1998, *apud* QUEIROZ, 2007).

O desenvolvimento local e integrado não é somente uma estratégia econômica. Ele é também um "campo de experimentação para novas práticas políticas e sociais através da implementação de estratégias inovadoras de gestão territorial" baseadas em parcerias que busquem resultados coletivos em prol da melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Um modelo de desenvolvimento que permite a construção de poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos (CRUZ, 2008 p. 36).

Ao focar dimensões sociais e ambientais o conceito de DL se preocupa não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o conceito de desenvolvimento sustentável se aproxima das propostas de DL, sobretudo em um ambiente caracterizado pela diversidade de fatores socioculturais, ambientais. Essa proximidade não é por acaso, pois as proposições iniciais do DL enfatizavam o equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social como princípio básico para a concretização do desenvolvimento sustentável. Dessa forma o conceito de DL se mostra mais abrangente, porque engloba outras perspectivas de desenvolvimento.

[...] desenvolvimento local distingue-se de todas as outras abordagens sobre desenvolvimento que o antecedem, porque demarca uma escala geográfica, a escala local. A escala local remete a uma dada sociedade e ao território em que vive essa sociedade, com o qual a mesma tem uma relação mais próxima.

Essa modalidade de desenvolvimento, por ser egressa do território é mais abrangente e parece ser a mais adequada para o alcance dos objetivos locais, pois no território existem níveis de diferentes de escalas (global, nacional, local) podendo ser construído (e desconstruído, e reconstruído), afetado e delimitado pelas relações sociais de poder exercido sobre ele. É neste sentido que um determinado espaço passa a ser território e que a simples delimitação de uma área não significa a existência de território.

A possibilidade de desenvolver-se a nível local com a capacidade de se articular com fatores globais, ou seja, desenvolver-se localmente é um dos pré-requisitos para que se observe DL.

A capacidade para transformar o sistema sócio-econômico; a habilidade para reagir aos desafios externos; a promoção de aprendizagem social; e a habilidade de introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorecem o desenvolvimento das características anteriores. Em outras palavras é a habilidade para inovar a nível local (VERGARA, 2004 p. 21 *apud* CARDOSO, 2009 p. 32).

A valorização e o aproveitamento de recursos endógenos como principal condicionante para que se observe o êxito de uma proposta de desenvolvimento se apresenta como importante alternativa diante de ambientes de poucas possibilidades econômicas. É neste sentido que a atividade turística se apresenta como fonte alternativa de renda na área do PSB. O turismo pode ser considerado importante ferramenta de desenvolvimento social, uma vez que atua como “catalisador do desenvolvimento de outras atividades econômicas em seu entorno e contribui para a qualidade de vida da população” (BAHIA, 2011). Existem, no entanto, controvérsias fortíssimas que contrariam principalmente a segunda metade desta afirmação.

Ao analisar a relação entre turismo e desenvolvimento, chama a atenção a importância da “territorialização turística”, compreendida enquanto “valorização dos fatores endógenos do desenvolvimento, de forma articulada à ação dos fatores exógenos. (SILVA, 2003 *apud* QUEIROZ, 2007 p. 67). Para os autores o sucesso do turismo como fator de desenvolvimento depende da articulação entre fatores locais e externos, justificada pela dependência do turismo a fatores como gestão e fluxos turísticos.

O turismo como modalidade de perspectiva de desenvolvimento é pouco apreciado por grande parcela de estudiosos. Mas um modelo de turismo fundamentado na valorização de recursos endógenos, preocupado com a articulação entre o visitante e a comunidade local emerge como uma alternativa de desenvolvimento com ênfase no local. Lembrando que não se pode desviar dos verdadeiros objetivos do conceito de desenvolvimento que passa necessariamente pela melhoria da qualidade de vida da população e pela erradicação dos “aglomerados de exclusão” (HEASBAERT, 2004 *apud* MATOS, 2011). Assim, a relação turismo e desenvolvimento é verificada a partir dos impactos ambientais, fluxos de turistas, efeitos no tecido social e produtivo, distorções na cultura local e funcionalização de regiões e lugares.

4.2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Antes de verificar a dinâmica existente entre os conceitos de TBC e DL será necessário elaborar considerações sobre o conceito de TBC. No contexto brasileiro, esse tema conduziu os pesquisadores Roberto Bartholo e Davis Gruber Sansolo, a investigar sobre essa nova forma de se fazer turismo. Para eles o TBC emerge como uma nova proposta de política de fomento ao turismo protagonizado por atores sociais cuja identidade foi forjada na história dos lugares, de forma alguma desconectada com o mundo, mas distinguindo-se pela sabedoria construída no lugar. “Trata-se de uma forma de turismo que visa constituir vínculos, tecer redes de relações, reafirmar identidades sem se fechar para o mundo”.

[...] com suas crenças, valores, mitos, técnicas, protagonizado por aqueles que detêm um patrimônio intangível, mas que existe, que resiste e que se dispõem a aqueles que compreendem o valor da diversidade, da alteridade. Trata-se de um “turismo com selo próprio” combinando atributos originais e autênticos, mas sem perder a sua alma (BARTHOLO, 2009, p. 23)

O modelo de turismo respaldado nos conceitos de TBC pode dá contribuições importantes às populações locais. As experiências pessoais dos atores locais, vivências culturais autênticas e,

no caso específico do Parque, a agregação do patrimônio ambiental são elementos endógenos de valorização que fazem dos atores sociais locais protagonistas de suas vivências e experiências. Mas ao mesmo tempo podem despertar ações contrárias às propostas de DL.

A característica distinta do turismo comunitário é sua "dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica", com objetivo de incentivar diálogos e encontros interculturais de qualidade entre visitantes e população nativa, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

É fácil perceber que as propostas de TBC estão na contramão do segmento das práticas de "turistificação em massa" pois entende que a sobrecarga, as insuficiências na infraestrutura e a superlotação nos grupos receptores podem propiciar mais problemas do que soluções para as comunidades. Para Zaoual (2009) o arrefecimento do turismo de massa justifica-se pelas novas tendências que o mercado exprime: a demanda turística atual procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar.

Para Maldonado (2003, p. 29) até mesmo uma "modalidade de turismo voltada para experiências pessoais, originais e enriquecedoras" tem seus pontos de fragilidade. Embora gere ou represente uma oportunidade para melhorar o bem estar das comunidades, não obstante, a atividade de turismo comunitário, traz consigo o "efeito pacote", muitos deles irreversíveis, como alterações nos padrões de produção e consumo além de gerar ameaças à cultura, e ao meio ambiente. O autor expõe alguns pontos de fragilidade existentes na oferta turística para a modalidade comunitária:

Quadro 3: Deficiências da oferta de turismo comunitário

1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.
2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.

4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.
5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.
6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.
8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Fonte: Maldonado, p. 32-33

Não são poucas as deficiências e riscos provenientes da oferta turística comunitária despreparada. As graves restrições sociais vivenciadas pela população de borda do PSB em particular o déficit na educação, formação profissional, serviços básicos de saúde e infraestrutura além dos já mencionados problemas de segurança pública são pontos de fragilidade que compõem as deficiências estruturais vivenciadas pela região durante décadas. De tal forma que todos os pontos expostos pelo autor apresentam (em maior ou menor grau) similaridades com as deficiências estruturais, conduzindo o PSB a uma grande instabilidade e fraca competitividade dos negócios de turismo comunitário.

Mesmo sendo um modelo de turismo que pressupõe a sustentabilidade o TBC, traz consigo implicações importantes próprias da atividade turística. O PSB é notadamente conhecido por preservar em seus costumes grande parte da cultura do continente africano. No entanto, diz Espinheira (1998): "a cultura hegemônica, diante da vitalidade da cultura afro-brasileira procura *folclorizá-la* e, inclusive, incorporá-la como mercadoria no mercado de bens simbólicos, materiais e de serviços de turismo". Diante desta afirmação este estudo deve atentar-se ao processo de *folclorização* (que aqui deve ter entendido como simulação, falsificação ou ainda depuração do genuíno) cujas intervenções realizadas pelo processo de requalificação venham potencializar na forma de serviços turísticos.

Obstáculo acentuado à alternativa de DL respaldado nas propostas de TBC é observado ao analisar a legislação de uso e controle do solo para a área do PSB. Ainda existem muitos

pontos de fragilidade para se conferir um efetivo sistema de planejamento e gestão de áreas verdes na cidade do Salvador principalmente em se tratando de Áreas de Proteção Ambiental, contexto ambiental no qual o Parque está inserido. A conjuntura socioespacial juntamente com a baixa oferta de serviços públicos e de infraestrutura engrossam a lista de pendências fazendo com que o PSB permaneça em uma estrutura econômico-produtiva pendente abalizada, sobretudo, em atividades de baixo enredamento econômica.

5 DIMENSÕES ESPACIAIS E SOCIOECONÔMICAS DA ÁREA DE PESQUISA

Para entender como o fenômeno da expansão urbana da região limítrofe à bacia do Cobre é necessário, anteriormente, que se faça um apanhado da produção espacial da cidade de Salvador, com enfoque à região investigada. Essa produção espacial pode ser fracionada em momentos distintos: um período de produção pré-industrial, um de produção industrial dentro da cidade, e outro fora dos limites do município.

Uma das principais mudanças vivenciadas pelas sociedades brasileiras no século passado foi, certamente, a rápida e intensa urbanização de suas cidades cuja principal característica está na diferença acentuada entre o campo e a cidade (NASCIMENTO, 2010). Obviamente que essas transformações carregam em si fenômenos próprios do século atual como favelização das cidades, precariedade na oferta de infraestrutura e de equipamentos públicos; ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis. Salvador, a terceira maior capital do Brasil, também carrega em sua conformação urbana os reflexos dessas intensas mudanças.

Da sua fundação até o século XVI a expansão da cidade obedece a uma “forma urbana militar”: sua expansão se dá seguindo o circuito dos fortes do centro da cidade, adentrando para a região onde estão localizados os bairros de Brotas e Federação e outros povoados próximos. Nos séculos que se seguem (XVII e XVIII) a cidade vive sob a efervescência das lutas políticas e das modificações em suas relações econômicas, determinadas pela diversificação da economia açucareira, nessa ocasião a região portuária se amplia e ganha elementos arquitetônicos importantes como o Elevador Lacerda.

Em seguida a cidade se expande em direção à região da Calçada e o fator mais determinante que marca uma mudança significativa na urbanização da região é a inauguração, em de junho de 1860, da via férrea Calçada/Paripe interligando a região portuária ao Subúrbio Ferroviário. Quinze anos depois é inaugurada a fábrica têxtil São Braz que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, atraiu centenas de trabalhadores, muitos deles oriundos do interior do estado que ali se estabeleceram transformando a área da antiga fazenda Brandão num bairro operário com características de “cidade dormitório”, hoje bairro de Plataforma.

A expansão rápida e sem planejamento deu origem a novas tipologias e arranjos habitacionais que começavam a surgir e adensar-se de maneira que os antigos núcleos residenciais, formados ao longo da ferrovia, foram sendo progressivamente cercados por extensos

assentamentos, criando um novo padrão de urbanismo espontâneo e degradado caracterizado por uma intensa atividade de autoconstruções clandestinas e de ocupação desordenada.

A região e a cidade como um todo continuavam a crescer e a partir da exploração de petróleo no Recôncavo Baiano – vale lembrar que o primeiro poço de petróleo do Brasil foi descoberto uma na região do bairro do Lobato em 1939 –, da implantação da refinaria Landulpho Alves – RLAN (1954) em Madre de Deus e da implantação dos parques industriais ampliaram-se as articulações espaciais com os municípios vizinhos de Simões Filho, Candeias e Camaçari. O estreitamento dessas cidades com a região do Subúrbio Ferroviário acontece com a implantação da Estrada da Base Naval de Aratu uma das rodovias que circunda a Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre. A integração desses municípios com a capital ocorre de forma definitiva com a implantação, 1960, da BR-324 principal via de acesso de Salvador para o interior da Bahia e os outros estados do Brasil.

A inauguração de um novo ciclo de acumulação capitalista de base industrial no Estado, além de gerar novos empregos, fez crescer os movimentos migratórios de muitos trabalhadores rurais em busca de trabalho em Salvador e Região Metropolitana.

A evolução das características econômicas e sociais de Salvador e de sua região metropolitana teve reflexos não apenas na conformação do espaço, mas também na forma desigual e contraditória de apropriação desses espaços, distintas entre as diversas categorias sociais. Para entender esse fenômeno, vale destacar como a transformação de Salvador e a constituição da região metropolitana envolveram mudanças radicais em seus tecidos urbanos (MENDES, 2006 p. 124-136).

[...] comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas, através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. [...] Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos, centrados na infraestrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos (CARVALHO; PEREIRA, 2008 p. 84-85).

O resultado de políticas habitacionais excludentes pode ser percebido em Serpa (2001) ao citar o geógrafo Alfredo Paviane (1994), segundo ele:

[...] as periferias urbanas diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprimi-se, no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial. (PAVIANE, 1994 *apud* SERPA, 2001, p. 12).

Muitas dessas ocupações irregulares estão localizadas na malha urbana de Salvador onde se insere a Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre, designado Subúrbio Ferroviário (SF). Principal vetor de expansão urbana da cidade do Salvador com 22 bairros e cerca de 500 mil habitantes (BAHIA, 2009), o SF tem uma área que se estende a partir do bairro da Calçada, onde se inicia o ramal ferroviário Calçada-Paripe e a Avenida Afrânio Peixoto (mais conhecida como Avenida Suburbana).

Figura 3: Bacia do Cobre. Limitada pela rodovia BR-324, a Avenidas Afrânio Peixoto e Estrada da Base Naval de Aratu



Fonte: Google Maps. Adaptado pela autora, 2013

A relação de conflito entre homem e natureza pode ser percebida nas figuras que compõem essa seção. Na figura 3 é possível ver como a área da Bacia do Cobre está sendo “engolida” pelo processo crescente de urbanização. Longe de ter sido planejada, esta urbanização deixa evidente a falta de políticas eficientes de uso e ordenamento do solo. A figura 4 mostra a vista aérea de parte do Rio do Cobre (superior), parte da rodovia BR-324 ou rodovia Salvador/Feira

de Santana (inferior) principal via de escoamento para as cidades do interior da Bahia e de outros estados do Brasil.

A proximidade de um conjunto habitacional (Conjunto Pirajá I) adentrando a vegetação deixa claro o alto grau de antropização da região. Este conjunto integra as políticas habitacionais ocorridas na capital baiana entre as décadas de 1960 e 1980 e evidencia a falta de habilidade dos poderes públicos para gerir áreas protegidas. Mais que isso, a recente revisão da noção de déficit habitacional é consequência de uma nova visão a respeito da política habitacional, na qual “a diversidade das situações de necessidade habitacional engendra uma diversidade de proposições, e não simplesmente a oferta de novas unidades” (SOUZA, 2000).

Figura 4: Vista aérea do Rio do Cobre e de parte da BR-324



Fonte: Google Maps. Adaptado pela autora, 2013

A presença humana e a apropriação dos lugares que deveriam estar preservados evidenciam a falta de planejamento e de uma política de urbanização adequada e eficiente para a região, sobretudo o Subúrbio Ferroviário “cuja demanda habitacional parece ser superior ao seu potencial de ocupação, resultando na construção de habitações em áreas de notável importância ecológica, tal como é o caso da área da Bacia do Rio do Cobre” (CORDEIRO, 2009).

Uma das formas de prevenir a apropriação indevida de áreas protegidas seria por meio de formas eficientes de gestão pública cujos modelos e procedimentos existentes não compatibilizaram usos, potencialidades e restrições ambientais estratégicas voltadas para a manutenção da qualidade socioambiental. Esses modelos de gestão precisariam estar alinhados às especificidades das cidades e, de maneira mais precisa, deveriam estar alinhados às especificidades de seus territórios. Ainda assim, as garantias de que este se configura o melhor caminho para se alcançar o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento local para a região são escassas.

Figura 5: Enseada do Cabrito, ponte ligando os bairros de Plataforma e Praia Grande (Itacaranha), ao fundo a Baía de todos os Santos e parte da Península de Itapagipe. Em destaque a comunidade de São Bartolomeu.



Fonte: BAHIA, 2012

Grande parte da falta de ordenamento do uso do solo na região é justificada pela forma como se deu a ocupação da região que desde seus primeiros habitantes já evidenciava o quanto esta região acumula problemas e conflitos. Muitos desses problemas e conflitos têm na crise da moradia um dos seus dilemas urbanos mais antigos, derivando assim, da apropriação indevida de áreas que, por lei, deveriam estar resguardadas.

Apesar da desorganização espacial esta área da cidade é uma das mais belas da cidade de Salvador. A figura 5 mostra o PSB (em destaque), a enseada do Cabrito e a península itapagipana, no canto inferior esquerdo vê-se a planta baixa do projeto de requalificação para o PSB. A proximidade da Bacia do Cobre com a Baía de Todos os Santos associada à qualidade ambiental de seus atributos naturais relevantes, vocacionam a área como indutora de um modelo de desenvolvimento centrado no turismo cultural e ecológico cujas propostas basilares encontram refúgio nos conceitos da economia da sustentabilidade ou economia ecológica⁷.

5.1 ATIVIDADES ANTRÓPICAS EM UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO

O PSB, enquanto tecido urbano, é parte integrante da Região Administrativa XVI (RA XVI)⁸ Subúrbio Ferroviário. Considerado o “maior bolsão de pobreza” da cidade do Salvador o Subúrbio Ferroviário acumula problemas e conflitos de ordem distributiva que se irradia para outras áreas sociais como segurança pública e habitação. Enquanto tecido ambiental o Parque pertence à Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu dos Municípios de Salvador e Simões Filho (BAHIA, 2001).

As APAs são uma categoria de Unidades de Conservação (UC), termo utilizado no Brasil para definir as áreas instituídas pelo Poder Público para a proteção da fauna, flora, microrganismos, corpos d’água, solo, clima, paisagens, e todos os processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais. Compelida em uma área de grande adensamento populacional a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu padece com os efeitos negativos deste e outros fenômenos urbanos.

A falta de políticas eficientes de ordenamento e uso dos solos, potencializado pelo legado de esquecimento dos poderes públicos contribuíram para o atual retrato urbanístico da região. As obras de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre, iniciadas em 2009, obedece a critérios institucionais de ordenamento e se configura importante instrumento de organização espacial.

⁷ Sobre este assunto ver Clóvis Cavalcanti (Org.), **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**, 1994.

⁸ Região Administrativa (RA XVI) – subdivisão do território do Município de Salvador para fins administrativos, de planejamento e de informação” (PDDU – LEI Nº 7.400/2008).

Durante a etapa de reconhecimento da área foram feitas incursões ao PSB das quais resultaram diversos registros fotográficos, constatando-se parte significativa da exuberante vegetação de Mata Atlântica, do importante potencial hídrico e de muitos exemplares de fauna e flora. Mas também foi possível observar o quanto este ambiente encontra-se exposto e fragilizado. As figuras que se seguem permitem perceber toda a imponência e fragilidade do ambiente que, por lei, está protegido, mas na prática sofre os efeitos da ação do Homem.

Dentro da área do Parque ainda existem muitas moradias, em sua maior parte com pouca ou nenhuma infraestrutura. No caso específico da fotografia 5, além das casas existem também atividades agrícolas como o cultivo de hortaliças (agrião, coentro) que são irrigados com as águas poluídas do rio do Cobre mesmo assim, são comercializadas no comércio local, o que configura grande risco para a saúde de quem adquire esses produtos.

Foto 5: Unidade habitacional mais atividade agrícola Foto 6: Criação de animais



Fonte: Elaboração da autora, 2014



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Na fotografia 6 é possível observar a criação de animais (bois, vacas e cavalos) que também se alimentam e bebem da água contaminada do rio. Sem nenhum controle ou de vigilância sanitária dos “órgãos competentes”, a atividade existe a décadas tanto que a estrada interligando o bairro de Pirajá a Avenida Suburbana, conhecida como Estrada do Matadouro é na verdade a Estrada do Cabrito. No local era comum encontrar vários abatedouros clandestinos que, com o passar dos anos, foram sendo extintos ficando apenas a confusão causada pelos nomes trocados.

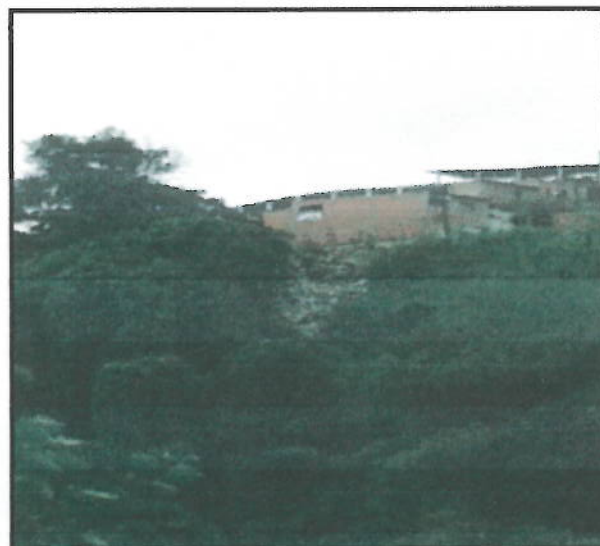
As fotografias 7 e 8 são bastante reveladoras, e preocupantes. A grande quantidade de garrafas pet (foto 7) indica o quanto o descarte inadequado de resíduos pode impactar negativamente as áreas verdes.

Foto 7: Grande quantidade de garrafas pet



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 8: Cascata de lixo



Fonte: Elaboração da autora, 2014

A maior parte desse lixo é originada fora da região do Parque, mas são trazidos pelas águas das chuvas, ficando acumulado no leito do rio onde as águas têm menos vazão. Mas o lixo encontrado no Parque pode ser oriundo de localidades muito próximas (ou mesmo por visitantes, uma vez que no interior do parque não foi observada nenhuma lixeira). O paredão com a cascata de lixo (foto 8) fica logo acima das casas da fotografia de nº 5. Nesse caso, além do notável desequilíbrio ambiental, o risco de deslizamentos de terras é iminente o que pode ocasionar desastres “naturais” com, inclusive, vítimas fatais.

A solução para esses e outros problemas faz parte das diretrizes que orientam o processo de requalificação. Existem ações voltadas para a conscientização da população quanto ao descarte adequado de resíduos, orientando sobre a importância do descarte do lixo em local e horários adequados. Quanto às residências existentes no interior da área do Parque, estão sendo construídas cerca de 500 unidades habitacionais, das quais 186 já foram entregues (BAHIA, 2012).

Algumas famílias não aceitam nenhuma modalidade de indenização (reassentamento voluntário, indenização comum e indenização direcionada) é o caso das residências da fotografia 5, cujas negociações estão na instância litigiosa. As obras de requalificação não abarcam questões envolvendo a criação de animais no interior do Parque.

5.2 ANTECEDENTES DISTRIBUTIVOS

A má distribuição de renda no Brasil tem raízes estruturais que datam do período colonial, se intensifica na fase escravista e cristaliza-se no período atual. Na Bahia, as raízes estruturais de ordem distributiva estão associadas a seus antecedentes econômicos orientado pelo tripé: trabalho escravo - monocultura - latifúndios⁹. Esta dinâmica vai dar a tônica de toda a economia baiana durante os primeiros séculos de colonização, sobre isso:

Desde o século XVI, quando os primeiros engenhos foram construídos no Recôncavo, até as últimas décadas do século XIX, formou-se entorno da Baía de Todos os Santos, uma sociedade complexa, hierarquizada e opulenta, sustentada pela mão-de-obra negra escravizada denominada por Schwartz de “sociedade do açúcar” (SCHWARTZ, 1988, p. 49 *apud* SANTANA, 2010).

A cidade de Salvador, que até então se caracterizava como grande entreposto comercial concentrado na região do comércio ganha, em 1875, um importante modelo de sua incipiente (mas em alguns anos pujante)¹⁰ fase industrial. A inauguração da fábrica têxtil São Braz marca esta fase da economia soteropolitana e tem implicações não só econômicas, mas também urbanísticas, atraindo para a região do Subúrbio Ferroviário centenas de trabalhadores muitos deles oriundos do interior do estado.

A fábrica foi estruturada como uma vila operária, com casas alugadas aos funcionários, existindo, ainda, a formação de cooperativas para a compra de alimentos, roupas, outros bens

⁹ “Embora seja uma visão considerada reducionista ou ‘visão plantacionista’ porque reduz as complexidades dos movimentos históricos, deixando de lado uma variedade de sujeitos históricos e todas as outras formas de sobrevivências e resistência que coexistiam lado a lado com o modelo dominante de organização social, esta visão explica, em parte, os antecedentes econômicos da Bahia entre os séculos XVI e XIX” (LINHARES, 1983, p. 748).

¹⁰ “No início do século XX a Península Itapagipana abrigou um polo industrial importante, este que perdurou até o final da década de 1970. A região da Cidade Baixa ainda abriga o que restou dessa época áurea da indústria no estado, a exemplo da Fábrica Luís Tarquínio e de indústrias como a Souza Cruz, Barreto de Araújo, e a Chadler, desativada em 1994” (FERREIRA, 2012).

de consumo e serviço de creches e escolas para as crianças. Isto criava um duplo vínculo locador/empregador, aumentando, simultaneamente, a ligação dos trabalhadores entre si e a sua consequente subserviência em relação aos empregadores: típico Paternalismo Industrial. Nesse contexto, perder o emprego significava perder também a moradia da família.

Com o fechamento da fábrica em 1959 os antigos núcleos residenciais relativamente isolados e habitados por famílias de trabalhadores foram se adensando tornando-se, o hoje bairro de Plataforma, uma periferia densamente habitada e caracterizada por altas taxas de desemprego e subemprego, índices elevados de violência e marcante carência por bens de consumo coletivo.

Figura 6: Fábrica São Braz no bairro do São João do Cabrito e ao fundo o bairro de Plataforma, 2012



Fonte: CASTORE, 2012 p. 14

O intenso processo urbano-industrial da cidade do Salvador é delineado pelas políticas de incentivo à industrialização promovido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) Porto e Carvalho (2001). A essa marcha agrava-se a crise das economias tradicionais do Recôncavo Baiano (açucareira e fumageira)¹¹ e o novo espaço conformado pela RMS envolve um conjunto de dez¹² municípios, aglutinando a maior parte dos investimentos industriais efetuados na Bahia.

A mudança da estrutura industrial ocorre a partir da segunda metade do século XX. Os principais equipamentos e ramos da economia estadual como metal-mecânico, petroleiro,

¹¹ Sobre crise do Recôncavo Baiano, ver Brandão, 1998.

¹² “Salvador, Simões Filho, Itaparica, Vera Cruz, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias D’Ávila, Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus” (QUEIROZ, 2007 pag. 109).

petroquímico e automobilístico. Nessa conjuntura Salvador mantém-se como líder concentrando parte expressiva dos fluxos de capitais. A diversificação da estrutura produtiva e econômica da cidade do Salvador abre precedentes para novos arranjos produtivos sobretudo na parte de serviços, entretenimento e turismo.

Sobre esta etapa Queiroz (2007) lança uma dúvida. Segundo a autora a atividade turística não estaria contribuindo para a promoção do desenvolvimento local na verdade, as políticas implantadas estariam contribuindo para agravar o quadro de desequilíbrios socioespaciais vigentes em Salvador. A imagem apresentada aos visitantes é de uma cidade distorcida que esconde o que pode ser chocante e que só se preocupa em expor as áreas de maior circulação turística, criando uma verdadeira “maquiagem” para a cidade. O risco iminente é que esta “maquiagem” tende a desbotar-se revelando problemas como violência, assédio excessivo, mendigos, ambulantes despreparados, prostituição (QUEIROZ, 2007 p. 141-144).

Ao deixar de apresentar ao turista as áreas mais extensas e carentes de Salvador também deixa-se de mostrar locais de relevante beleza natural que, mesmo diante da desorganização espacial, pode revelar-se bonita e imponente, esperando por políticas e ações voltadas para a promoção de seus valores endógenos para, a partir de então, tentar tornar-se verdadeiramente competitiva dentro do amplo cenário de possibilidades turísticas.

5.2.1 Pobreza e desigualdades

A discussão conceitual sobre a pobreza e a sua medida tem sido tema para diversas pesquisas e debates mundiais. Ao analisar diversos autores Silva (2011, p. 518-519) considera que o assunto se coloca sobre duas bases: a primeira privilegia a insuficiência de renda como critério essencial para a sua determinação (classificação monetária), e, na segunda concepção, o referencial é o desprovimento de necessidades humanas básicas (saúde, alimentação, qualidade da água, rede sanitária, habitação, educação, abrigo, segurança, acesso à informação) com reflexos na determinação da qualidade de vida das pessoas.

A negação desses direitos impossibilita os indivíduos de viverem uma vida plena, considerando o atendimento a essas necessidades como direitos essenciais. Ou seja, não depende apenas da renda, mas também do acesso a serviços públicos de qualidade (classificação não monetária). Entretanto, segundo a autora, a própria determinação dessas

necessidades trata-se de um conceito relativo que muda de abordagem conforme a perspectiva do autor.

No Subúrbio Ferroviário de Salvador a *pobreza* se manifesta sob os dois enfoques. A região apresenta os menores níveis de rendimento da cidade do Salvador e é também a detentora dos piores índices de criminalidade (principalmente os crimes contra a vida humana). Os baixos níveis de escolaridade e, sobretudo, de renda, conferem à região a menor renda per-capita da cidade de Salvador. Não por acaso, o Subúrbio Ferroviário de Salvador concentra o maior número de beneficiados do Programa Bolsa Família da cidade e de toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

O patrimônio ambiental, cultural e histórica contrasta com a realidade distributiva do local. Os chefes de família dessa área situam-se nas faixas de renda mais baixas da cidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) 44,21% possuem de zero a um salário mínimo (SM) de rendimento e 37,21% têm entre um até três SM, ou seja, mais de 80% da população tem rendimentos entre 1 e 3 SM: muitas pessoas em uma faixa de renda baixa. Os índices de escolaridade mais significativos dos chefes de família dessa bacia são: 18,28% possuem de 1 a 3 anos de estudo; 36,37% entre 4 e 7 anos; 18,29% estão na faixa de 8 a 10 anos e 16,74% possuem de 11 a 14 anos de estudo. Estes dados serão confrontados com a pesquisa de campo da parte quantitativa deste trabalho.

A análise em torno da pobreza, porém, passa necessariamente pelo esforço em mensurá-la. Este trabalho entende a importância do tema, mas não se debruça sobre a infinidade de variações em torno dele. Seja em sua forma residual ou estrutural a medida da pobreza é dada, antes de qualquer coisa, pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. No entanto, enquanto fenômeno social, a pobreza se configura uma das maiores mazelas sociais das últimas décadas e, no Brasil (sétimo maior PIB do mundo), a carência de recursos se manifesta na precariedade da distribuição de renda proveniente de riquezas mal distribuídas.

A não satisfação das necessidades humanas básicas, com reflexos nas escolhas individuais, faz parte dos estudos do economista indiano Amartya Sen em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* (2000). Neste trabalho Sen entende que a busca por rendas mais elevadas justifica-se na medida em que esta fornece *meios* para alcançar determinados tipos de *liberdades*. As pessoas devem ser *livres* para fazer aquilo que realmente têm vontade de fazer e não

sucumbirem suas escolhas e possibilidades por conta de privações derivadas da falta dessas *liberdades*.

O autor propõe um debate mais amplo entre os extremos riqueza econômica e a vida que podemos levar, questões importantíssimas para o conceito de desenvolvimento. Além disso, busca na concepção aristotélica a defesa de que riqueza não é um fim em si, e sim um *meio* para se atingir determinados objetivos (*fins*) (SEN, 2000 p. 28). A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer, de garantir as *liberdades* que ela nos ajuda a obter. É neste sentido que o autor valoriza o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e de outras variáveis relacionadas à renda.

Entende-se, dessa forma, que a discussão sobre pobreza não se reduz ao ponto de vista monetário, pelo contrário, o enfoque multidimensional se constitui um avanço significativo para o pensamento científico acerca do debate em torno da pobreza, justamente por ampliar a visão e as discussões evitando a simplificação sobre o assunto: pobreza para Sen (2000) não é apenas ausência de renda, mas um fator limitador das capacitações humanas – liberdade em converter capacidades em habilidades. Nesse sentido, a renda exprime apenas uma margem parcial das diversas formas de vida humana, um *meio* para se chegar a algo maior e mais significativo e valioso: liberdade para se fazer o que de fato é importante para cada indivíduo.

5.2.2 Liberdades e capacidades

O primeiro passo para que as pessoas usufruam de todas as suas capacidades é através do pleno uso de suas liberdades instrumentais. As liberdades instrumentais são aquelas que possibilitam ao ser humano desenvolver suas capacidades, quais sejam: liberdades políticas, disponibilidades econômicas, serviços sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Essas liberdades podem ter peso maior ou menor a depender dos valores, objetivos e dos critérios adotados. Cada indivíduo ou conjunto de indivíduos julga as prioridades de suas liberdades instrumentais.

O enfoque da pobreza baseado na satisfação das “necessidades humanas básicas” (enfoque unidimensional), por exemplo, prejudica a visão do indivíduo enquanto cidadão. A urgência por alimentos, moradia, segurança, saúde, educação, qualidade da água, rede sanitária, se

sobrepõe às reivindicações consideradas secundárias como, por exemplo, as de ordem ambiental e políticas. Neste contexto, esta abordagem se aplica a determinados indivíduos: os de renda mais baixas. A privação de liberdades instrumentais do tipo serviços sociais, disponibilidade econômica e segurança protetora são mais comuns a esses indivíduos.

A abordagem multidimensional da pobreza vai além das simples realizações dos indivíduos, ou seja, na avaliação êxito/fracasso (resultados). O foco aqui é outro, são as capacitações (liberdade de converter capacidades em habilidade). Esta importante distinção se sobressai da diferenciação do campo prático baseada no nível de renda do indivíduo. Este enfoque se aplica a todos os indivíduos ricos ou pobres, moradores de países industrializados ou emergentes por isso, sua fundamentação filosófica é mais coerente e estruturada na plenitude das capacitações (CLARK, 2006 *apud* SILVA, 2011).

É sempre receoso transpor traços psicológicos para o social, em que pese o fato de ser o indivíduo um ser social. O social é mais amplo e mais profundo que o individual e, ao contrário do que pregou a velha tese da “cultura da pobreza” – que consiste em afirmar que a pobreza empobrece a cultura, formando um círculo vicioso a depreciar os que se encontram nesta condição de vida (LEWIS, 1968 *apud* ESPINHEIRA, 2005) –, este argumento não pode ser suficiente para desestimular esforços estatais na promoção social de pessoas ou grupos sociais em situação de pobreza.

A teoria da cultura da pobreza tenta provar, cruelmente, que as pessoas menos favorecidas são responsáveis diretas pela situação em que se encontram como um ato em si e para si, na simplificação da sentença: “o culpado do crime é o criminoso”. As políticas públicas de requalificação da Bacia do Cobre indicam a negação da “cultura da pobreza” ao defender a ideia de que a região se destaca por seus valores culturais, ambientais e históricos e por isso mesmo merece ser alvo das intervenções físicas e sociais realizadas no PSB.

Os moradores de borda do PSB são atingidos por duas condições de pobreza – o enfoque unidimensional e o multidimensional. Déficit de renda tem reflexos no comportamento da população e a pobreza traduzida como a não satisfação das necessidades humanas básicas direciona suas atenções para questões mais urgentes e o não desenvolvimento da totalidade de suas capacidades e habilidades prejudica a visão dessa população aos litígios do Parque. Essa “miopia social” dificulta a “vinculação do Homem com o espaço” e reduz o sentimento de

pertencimento da população com seu território, é o que aparentemente parece ocorrer com a comunidade no entorno do Parque.

Para Sen (2000) o desenvolvimento de uma sociedade pode ser avaliado pelo grau de liberdades que esta usufrui e, mais ainda, em transformar suas liberdades em habilidades capazes de influenciar práticas individuais e coletivas em prol dessa sociedade: “A liberdade é [...] o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000 p. 32-33). Estando relacionada ao aspecto da condição de agente (*agency aspect*) – do indivíduo entendido como sujeito ativo e capaz de provocar mudanças, de “influenciar o mundo” – a liberdade é o *fim* primordial e o principal *meio* para se alcançar o desenvolvimento.

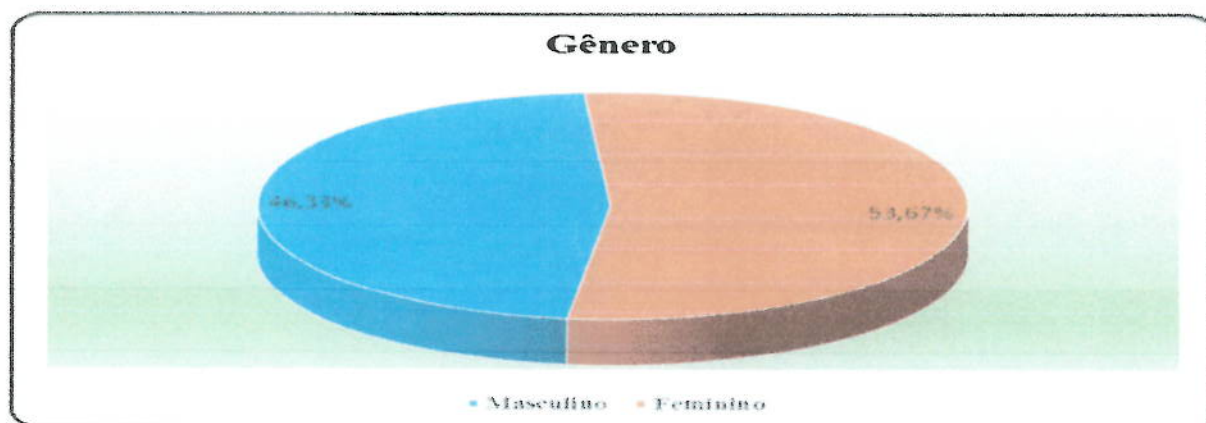
5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA EMPÍRICA

Trata-se de uma pesquisa direta feita com a população de borda do PSB, representados por membros de associações de bairro, lideranças comunitárias e, em sua maioria, por pessoas comuns moradoras dos bairros de: Pirajá (Rua Nova e Velha), Conjunto Pirajá I, Rio Sena, Plataforma, Alto do Cabrito e São Bartolomeu. Com o objetivo de inferir quais as impressões que essas populações têm sobre o projeto e as obras de requalificação do PSB e se os moradores participaram do processo de tomada de decisões durante a implantação do projeto.

A pesquisa foi iniciada no segundo semestre de 2013 (setembro) e concluída no primeiro semestre de 2014 (maio/2014). A demora na coleta dos dados justifica-se pelas dificuldades de acesso, de abordagem às pessoas e pelo fato de ter sido feita por um único entrevistador (a autora). Os problemas de segurança e acessibilidade (constatados na pesquisa) somam-se às dificuldades encontradas durante a etapa de coleta de dados o que, por muitas vezes, foi necessária a supressão das abordagens.

Primeiramente serão analisadas as questões referentes aos dados socioeconômicos das populações circunvizinhas ao PSB: gênero, faixa etária, nível de escolaridade, renda familiar mensal, estado civil, ocupação e tipo de moradia.

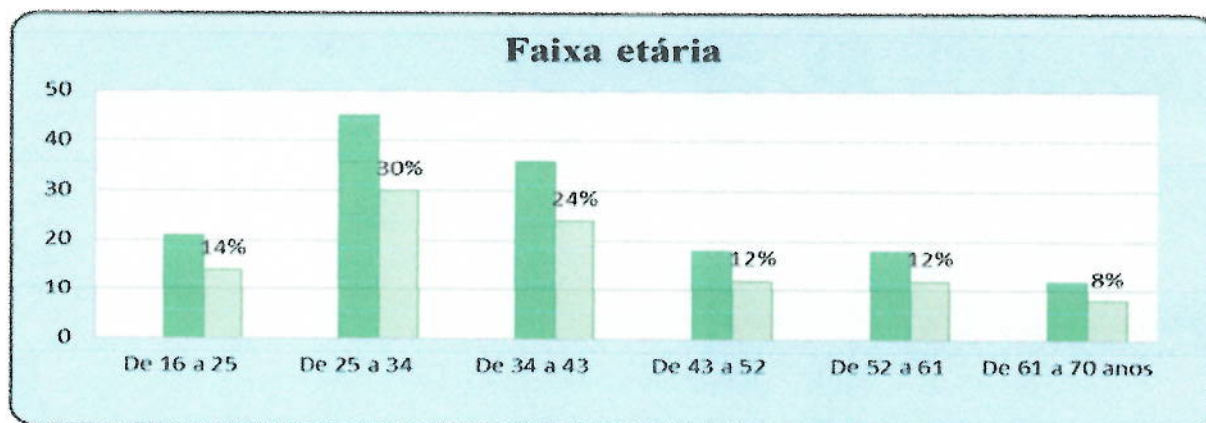
Gráfico 1: Gênero



Fonte: Elaboração própria

Ao se questionar sobre o gênero 53,67% se declararam do sexo feminino e 46,33% do sexo masculino. Este percentual não distoa da média da cidade do Salvador que é de 53,33% e 46,67% respectivamente (IBGE, 2010).

Gráfico 2: Faixa etária

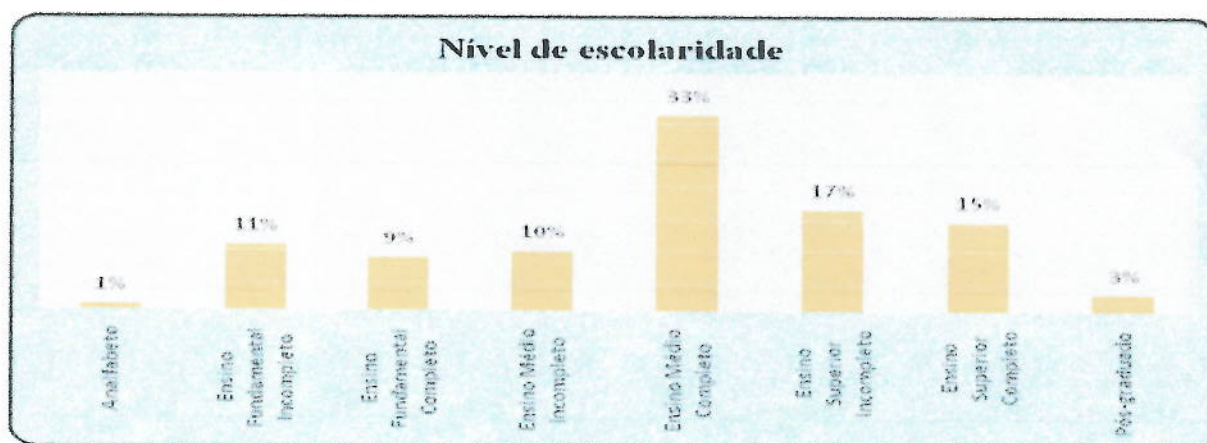


Fonte: Elaboração própria

Sobre a faixa etária da população de borda do PSB percebe-se certa homogeneidade na distribuição das respostas. O maior percentual (30%) corresponde à população com faixa etária entre 25 e 34 anos. 24% dos entrevistados estão entre 34 e 43 anos, 14% têm entre 16 e 25 anos, 12% é o mesmo percentual para as faixas etárias de 43 a 52 anos e 52 a 61 anos. O menor percentual (8%) correspondem aos entrevistados situados na faixa etária de 61 a 70 anos.

A avaliação do nível de escolaridade da população estudada revelou que 33% dos entrevistados disseram ter concluído o nível médio, percentual que se destaca em relação aos demais que variam entre 17 e 9% com exceção dos extremos: analfabetos e pós-graduados que corresponde a 1 e 3% respectivamente.

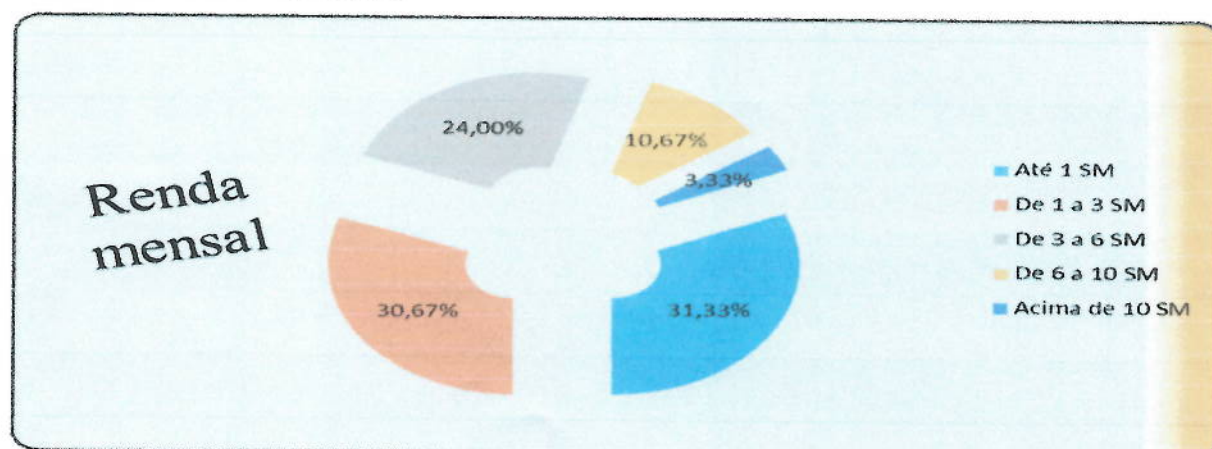
Gráfico 3: Nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o nível de renda familiar mensal da população de borda do PSB verifica-se que grande parte dela tem rendimento entre 1 e 3 salários mínimos (72% do total) um percentual elevado que caracteriza os baixos níveis de renda da região. Desse percentual 31,33% recebe até 1 SM e 30,67% tem de 1 a 3 SM de rendimento.

Gráfico 4: Renda familiar mensal

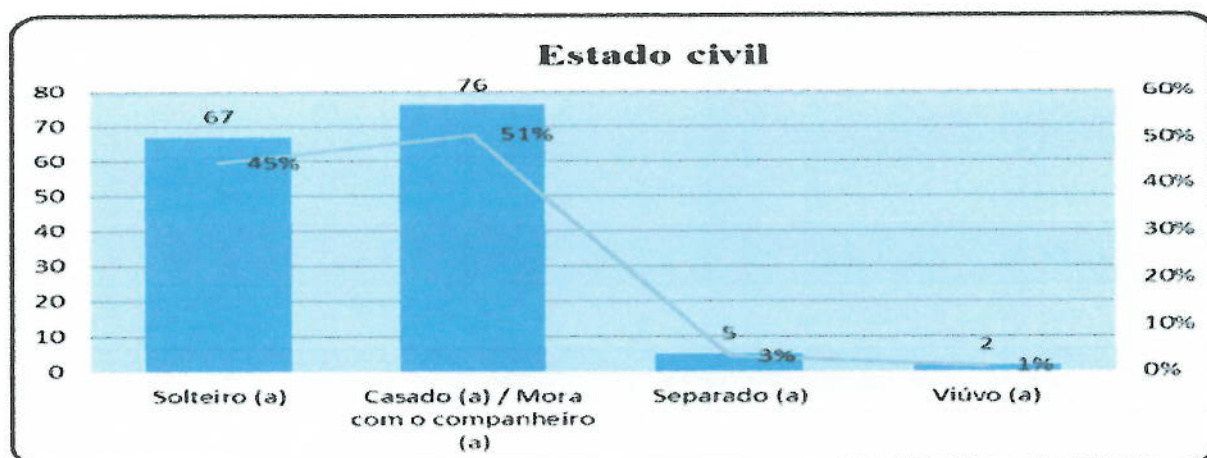


Fonte: Elaboração própria

É provável que dentre os que se declararam ter renda mensal de até um salário mínimo (31,33%) existam muitos beneficiários do Programa Bolsa Família uma vez que a Região

Administrativa na qual a população está inserida é a maior beneficiária deste programa social na cidade de Salvador. Os que se declararam ter renda mensal de 3 a 6 SM corresponde a 24% dos entrevistados; de 6 a 10 SM, 10,67% e acima de 10 SM corresponde a apenas 3,33% dos entrevistados.

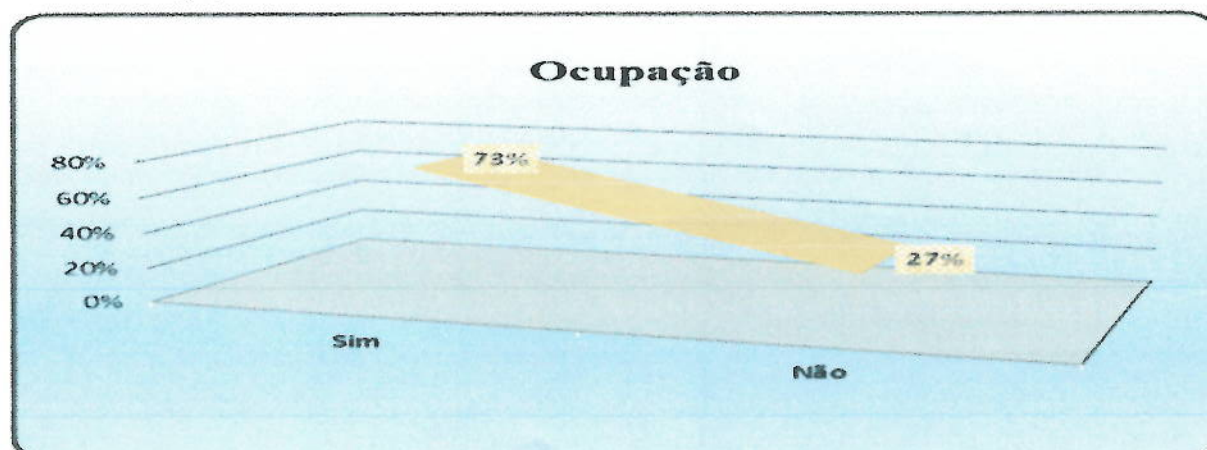
Gráfico 5: Estado civil



Fonte: Elaboração própria

Sobre o estado civil da população estudada verificou-se que 51% se declararam casados (as) ou que moram com um companheiro (a); 45% são solteiros e 3% disseram ser separados; apenas 1% se declararam viúvos (as).

Gráfico 6: Ocupação

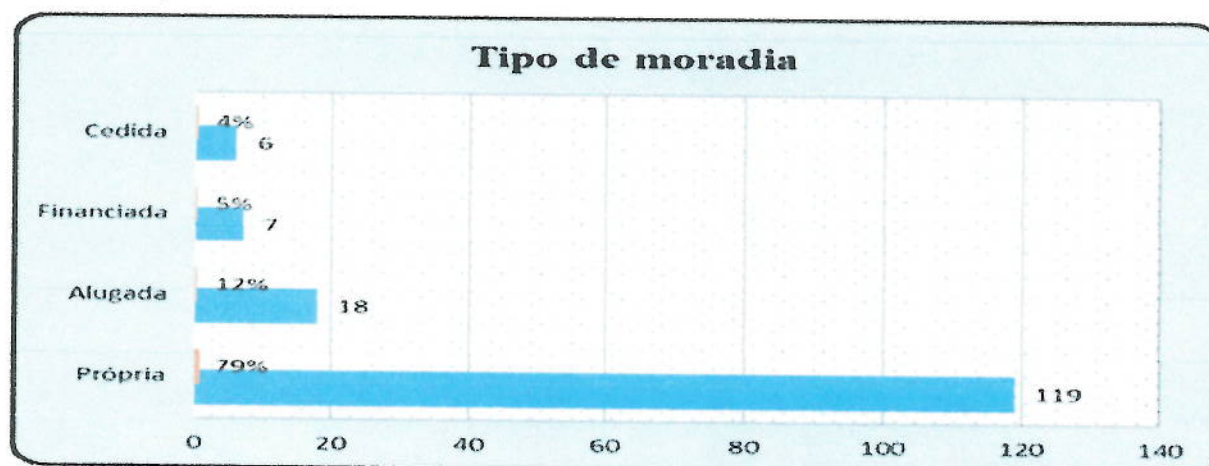


Fonte: Elaboração própria

Perguntado aos moradores se estavam empregados ou desempenhavam alguma atividade remunerada 73% responderam que SIM e 27% responderam negativamente o que caracteriza

um percentual elevado de pessoas sem ocupação. Durante a entrevista muitos dos que se declararam sem ocupação confirmaram ser beneficiários do Programa Bolsa Família ou de outros benefícios sociais como aposentadorias e pensões. Ou seja, não têm ocupação mas têm algum tipo de rendimento.

Gráfico 7: Tipo de moradia



Fonte: Elaboração própria

Quando questionado sobre o tipo de moradia a grande maioria disseram ter casa própria (79%) dos entrevistados; 12% moram de aluguel; 5% têm moradia financiada e 4% declararam ter sido cedida a moradia. Durante a confecção deste trabalho foi possível verificar que a tipologia habitacional da região é de casas que em sua origem teve terrenos invadidos e as construções são, em sua maioria, desordenadas e clandestinas. O que não impede que em sua grande maioria sejam próprias.

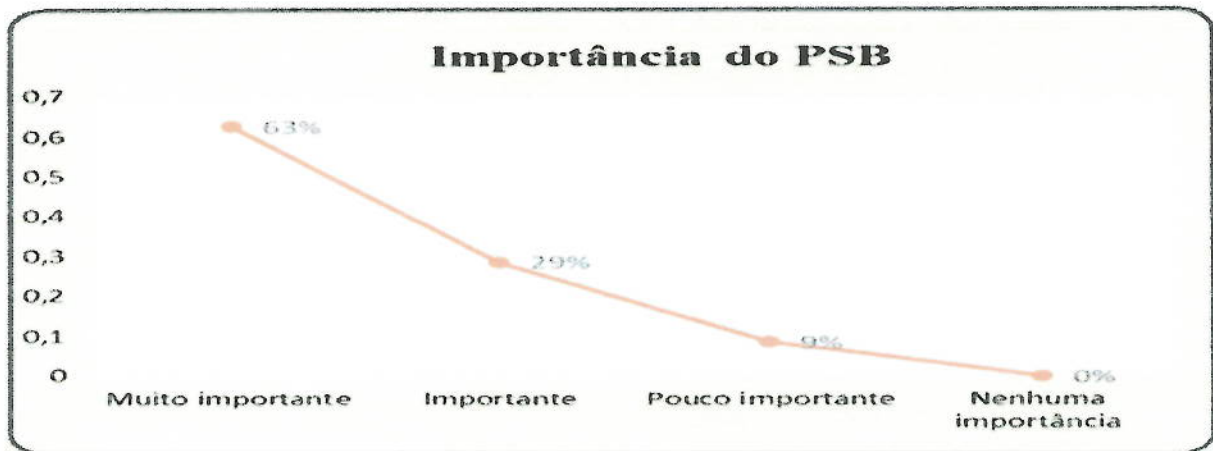
5.4 AVALIAÇÃO DO PLANO DE REQUALIFICAÇÃO DO PSB

O Parque é visto pela população como uma importante opção de lazer e entretenimento, no entanto, durante a etapa de coleta de dados, muitos admitiram que não costumam visitar o Parque com regularidade e o principal motivo dessa falta de interesse justifica-se sob duas bases: uma palpável que seria a sensação de insegurança que ronda o parque e outra intangível, a identificação do local com as religiões de matriz africana.

A partir da oitava questão o objetivo era de inferir as percepções dos moradores a respeito do PSB e das intervenções realizadas pelas obras de requalificação.

Ao se questionar sobre a importância do PSB a maioria dos entrevistados o considerara “Muito Importante” (63%); 29% disse ser “Importante”; 9% “Pouco Importante” e nenhum entrevistado considerou o parque sem “Nenhuma Importância”.

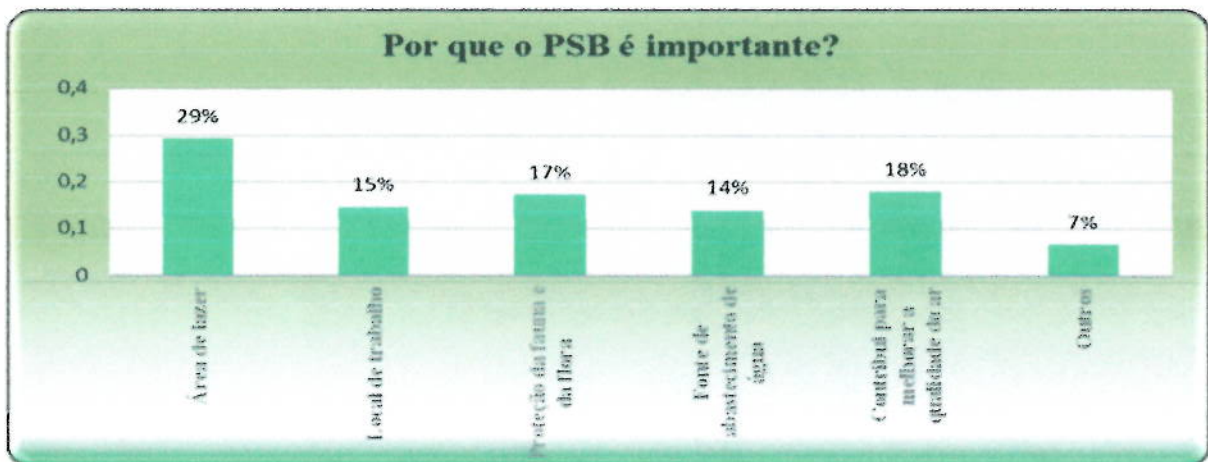
Gráfico 8: Importância do PSB



Fonte: Elaboração própria

A questão seguinte avança nesse sentido ao perguntar o porquê da importância do PSB destacando-se a alternativa “Área de lazer” com 29% das respostas. As demais respostas tiveram o percentual pulverizado. Muitos entrevistados disseram que todas as alternativas e o valor cultural justifica a importância do PSB, sendo absorvido pela opção “Outros” com 7%.

Gráfico 9: Por que o PSB é importante?



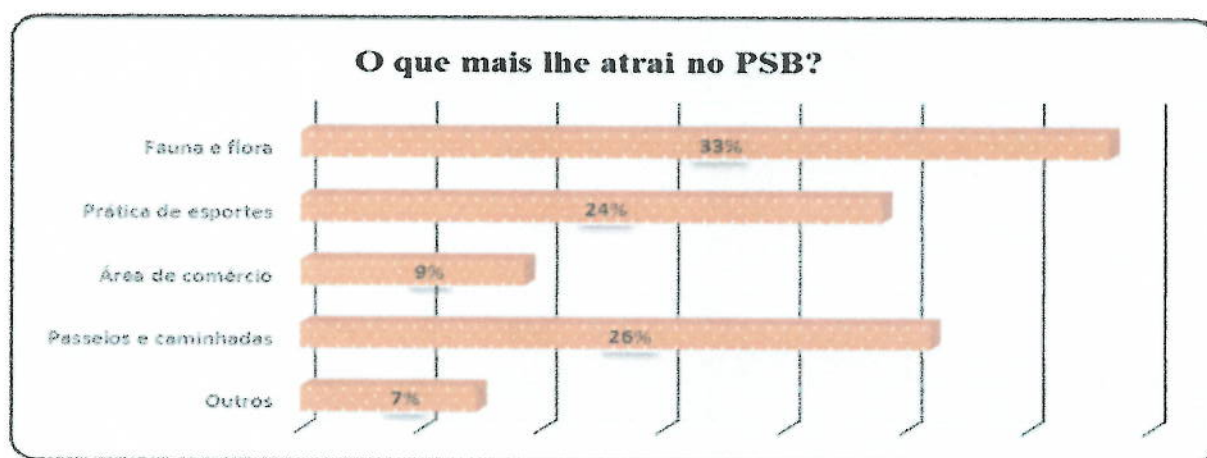
Fonte: Elaboração própria

O PSB é uma importante opção de lazer para os moradores do Subúrbio Ferroviário, no entanto seu potencial de entretenimento encontra-se subutilizado. Os atributos ambientais e

culturais não são suficientes para que a população se sinta mobilizada em utilizá-lo como opção de lazer.

Quando questionados sobre o que mais lhes atrai no PSB muitos (33%) responderam ser a fauna e a flora. A alternativa “Passeios e caminhadas” teve 26% da preferência dos entrevistados seguido de perto por “Prática de esportes”. Apesar de haver comércio (em sua maioria informal) ao redor não é este o principal motivo de atratividade ao Parque (9% apenas). Teve ainda os que responderam que todas as alternativas eram motivo de atração ao PSB além da questão cultural e religiosa, esses foram absorvidos pela opção “Outros”.

Gráfico 10: O mais lhe atrai no PSB?



Fonte: Elaboração própria

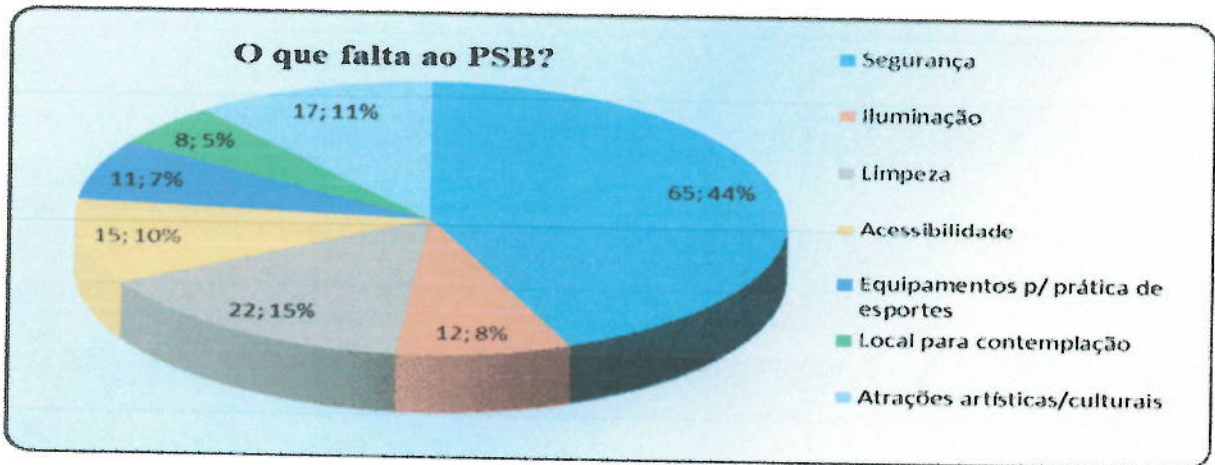
Em algumas ocasiões ao longo deste trabalho, foram levantadas questionamentos a respeito da falta de segurança no entorno do PSB. Mas este problema não é localizado, trata-se de um problema de segurança pública que tem reflexos na instância local.

Entre as seis alternativas da pergunta: O que falta no PSB? a que obteve o maior percentual foi a alternativa “Segurança” com 65,44% das respostas um percentual elevadíssimo dado a quantidade de alternativas que a questão possui. A insegurança percebida pelos moradores de borda justifica-se pelos altos índices de criminalidade da região¹³ e, localmente, nos constantes embates protagonizados por grupos rivais em disputa por mais território. Os entrevistados também disseram que falta “Iluminação” (22,15%); “Atrações artísticas e

¹³ A Região Administrativa Subúrbio Ferroviário (RA XVI) é detentora dos maiores índices por morte violenta comparado às outras regiões administrativas de Salvador (FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA, 2002).

culturais (17,11%); “Acessibilidade” (15,1%); “Equipamentos para prática de esportes (11,7%) e “Local para contemplação” (8,5%). Esta questão permite visualizar em que deficiência seria preciso investir recursos para tornar o PSB mais convidativo tanto para a população local quanto para visitantes.

Gráfico 11: O que falta no PSB?

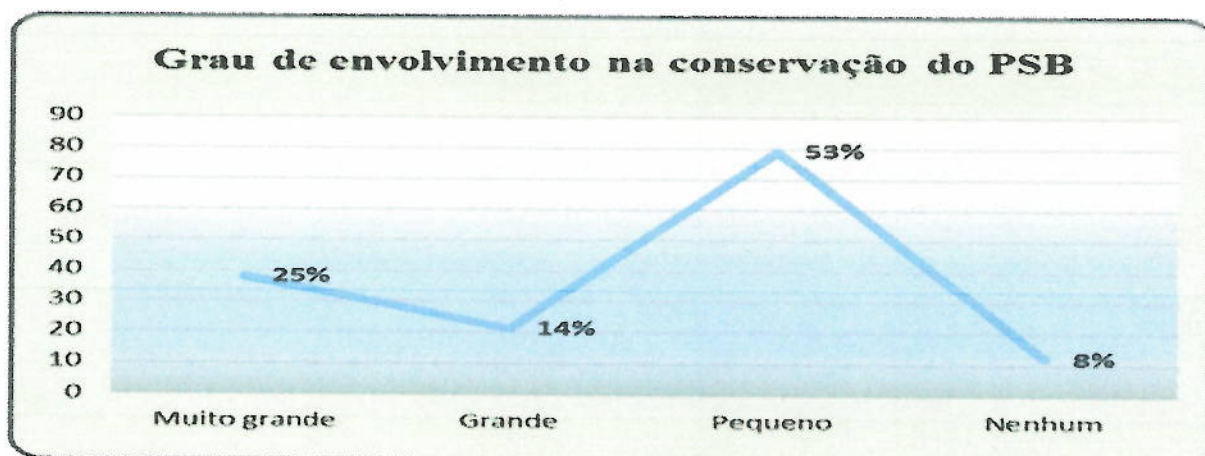


Fonte: Elaboração própria

O plano de requalificação e revitalização do PSB tem propostas de investimentos em segurança o entanto, as principais ofertas de serviços em segurança como a implantação do 16º Batalhão da Polícia Militar, Recuperação da antiga sede da 3ª CIPM da Polícia Militar, Pavimentação e iluminação da Estrada de Ligação da Ilha Amarela/Quartel PM/Pirajá, Implantação de Acesso ao Quartel da Cia de Polícia de Proteção Ambiental – COPPA/Ilha Amarela (propostas originárias do Projeto Piloto da Conder de 2004) não foram concretizadas pelas intervenções físicas iniciadas em 2009. A principal reivindicação da população ainda não tem data para ser solucionada.

O PSB é constantemente afetado pela ação antrópica. A responsabilidade de cuidar do Parque deveria ser de todos os moradores de borda, mas a questão que investiga o grau de envolvimento desses moradores na conservação do Parque revela que mais da metade (53%) confessou ser “Pequeno” este envolvimento. 25% dos entrevistados disseram que seu envolvimento era “Muito Grande”, seguido de “Grande” (14%). 8% respondeu ter “Nenhum” envolvimento na conservação do Parque.

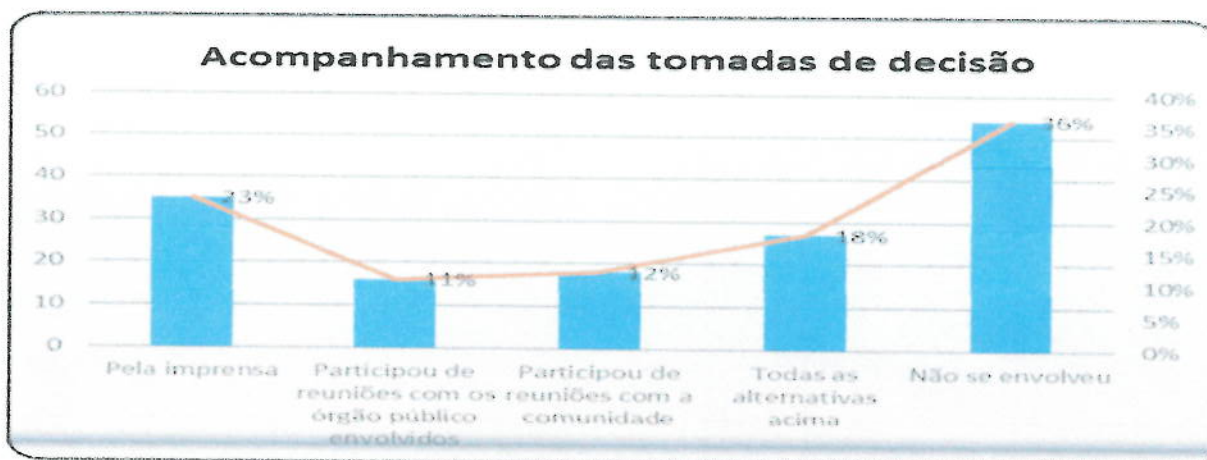
Gráfico 12: Grau de envolvimento na conservação do PSB



Fonte: Elaboração própria

Diferentemente do que foi divulgado parte significativa da população não se envolveu nas tomadas de decisões do Projeto de Requalificação da Bacia do Cobre (36%); outros 23% acompanhou apenas pela imprensa o que configura um distanciamento de quase 60% da população aos litígios do Parque. Mas 18% da população acompanhou as tomadas de decisão em todas as modalidades; 12% participou em reuniões com a comunidade e 11% em reuniões com os órgãos públicos envolvidos no processo de requalificação.

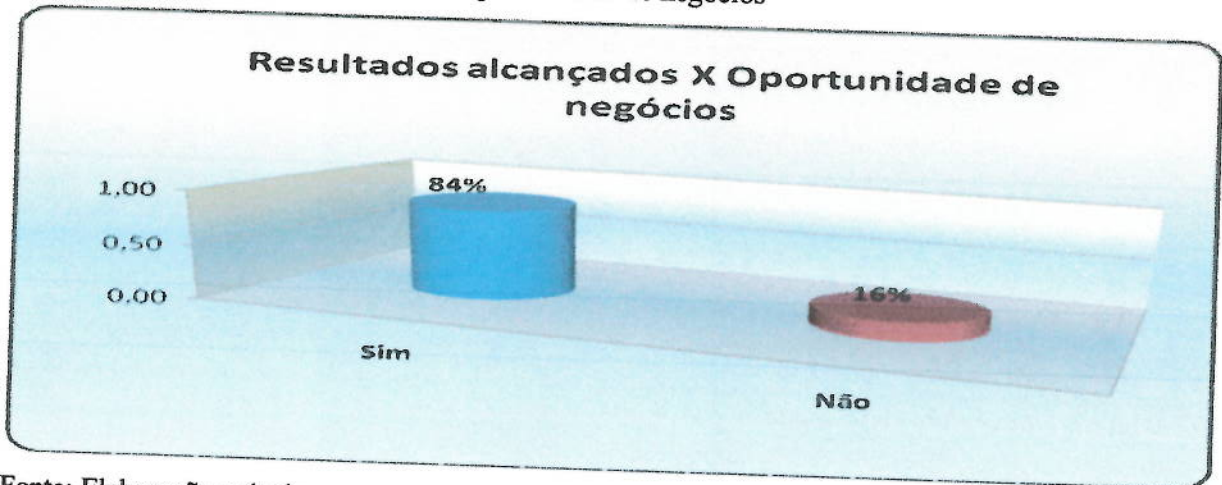
Gráfico 13: Acompanhamento das tomadas de decisão



Fonte: Elaboração própria

As obras de requalificação geraram expectativas na população de borda do PSB, tanto que 84% dos entrevistados consideram que resultados alcançados irão gerar maiores oportunidades de negócios; apenas 16% se mostraram os mais pessimistas com os resultados das obras.

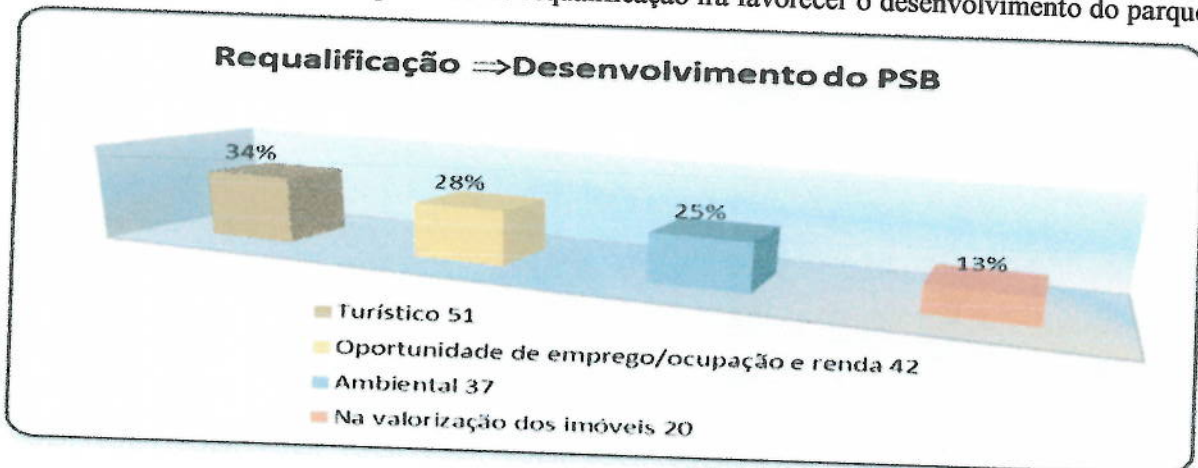
Gráfico 14: Resultados alcançados X Oportunidade de negócios



Fonte: Elaboração própria

Para saber em que aspecto a requalificação irá favorecer o desenvolvimento do PSB, 34% dos entrevistados escolheram a alternativa “Turístico”; 28% disseram na geração de “Oportunidade de emprego/ocupação e renda”; 25% acham que o Parque irá se desenvolver no aspecto “Ambiental” e 13% depositam suas expectativas na “Valorização dos imóveis”.

Gráfico 15: Em que aspecto o processo de requalificação irá favorecer o desenvolvimento do parque?



Fonte: Elaboração própria

Grande parte da população está satisfeita com os resultados das obras de requalificação. As alternativas “Bom” (67%) e “Ótimo” (22%) somam quase 90% de satisfação com as obras. 9% consideram os resultados alcançados “Ruim” e apenas 2% disse ser “Péssimo”

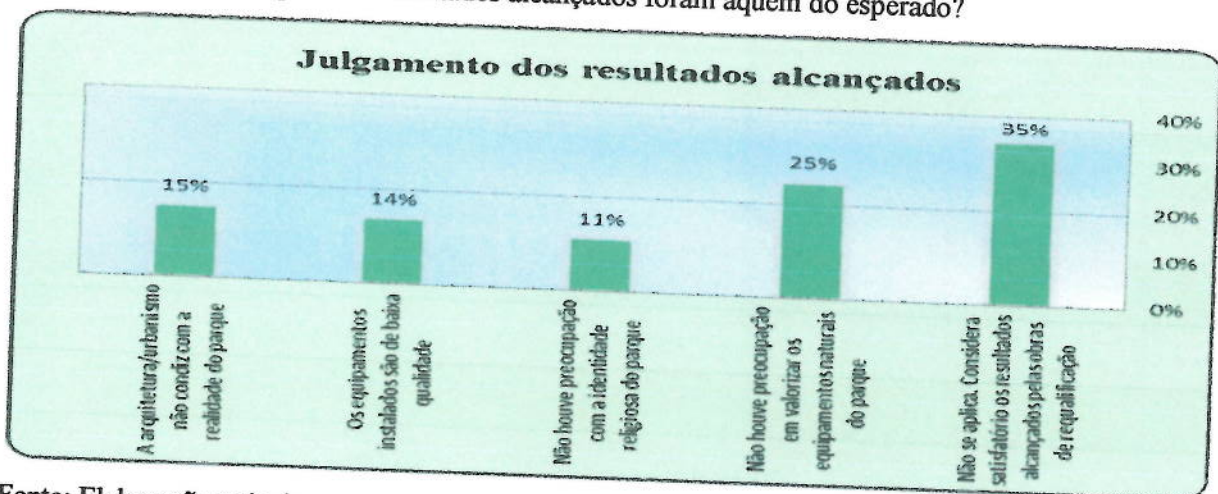
Gráfico 16: Classificação dos resultados alcançados



Fonte: Elaboração própria.

O alto percentual de aprovação das obras de requalificação do PSB verificado na questão anterior justifica os 35% de satisfeitos da atual questão. Mas muitos entrevistados quiseram manifesta em que aspecto as obras estão aquém das suas expectativas. 25% externaram que “Não houve preocupação com a identidade religiosa do parque”; 15% acham que “A arquitetura utilizada não traduz a realidade do parque”; 14% disseram que “Os equipamentos instalados são de baixa qualidade e 11% disse que “Não houve preocupação em valorizar os equipamentos naturais do parque” (cachoeiras, trilhas, mata).

Gráfico 17: Em que aspecto os resultados alcançados foram aquém do esperado?

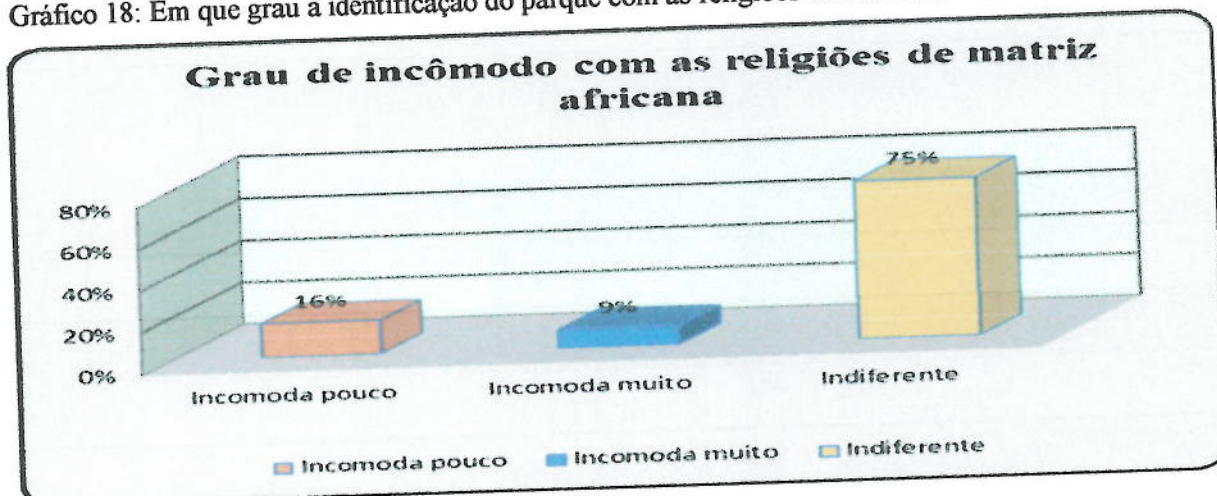


Fonte: Elaboração própria

A identificação do PSB com as religiões de matriz africana remonta do período em que a região abrigava o mais famoso quilombo da Bahia (Quilombo do Urubu). Essa identificação é

fruto de um processo histórico traçado ao longo do tempo e faz parte da cultura da cidade de Salvador e da Bahia.

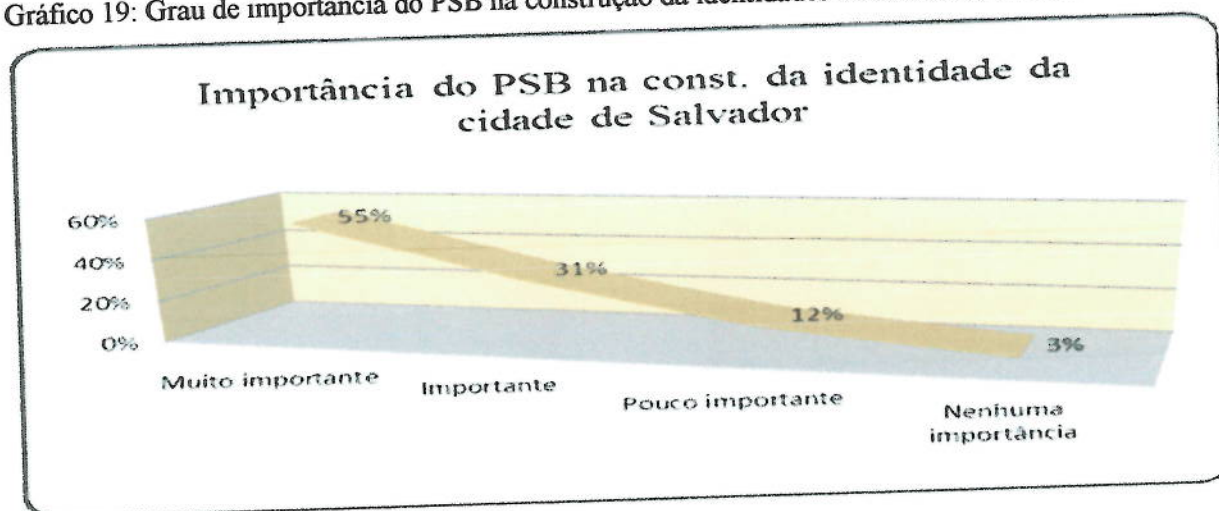
Gráfico 18: Em que grau a identificação do parque com as religiões de matriz africana lhe incomoda?



Fonte: Elaboração própria

Sendo assim 75% dos entrevistados disseram ser “Indiferente” à identificação do Parque com as religiões de matriz africana; 16% confessaram se sentir pouco incomodados e 9% se disseram muito incomodados com essa identificação. As manifestações religiosas ocorridas no interior do Parque fazem parte de um conjunto de elementos simbólicos característicos das religiões afro-brasileiras e dão sustentação às práticas religiosas dos adeptos dessas religiões. O alto índice de indiferentes às religiões afro-brasileiras.

Gráfico 19: Grau de importância do PSB na construção da identidade da cidade do Salvador



Fonte: Elaboração própria

Os moradores do PSB entendem a importância do local na construção da identidade, ambiental, cultural e religiosa da cidades do Salvador. A contatação disso se traduz na porcentagem dos que o consideram "Muito importante" (55%) seguido daqueles que acham "Importante" (31%). 12% o condideram "Pouco importante" e apenas 3% não vêm o parque como um local importante para a construção da identidade da cidade.

5.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo realizada em muitos aspectos confirma o que será explanado durante a confecção do trabalho. Questões determinantes como a renda apresenta avanços importantes se comparados com dados de pesquisas anteriores do IBGE que, nos anos 2000 indicou rendimentos inferiores aos sinalizados atualmente.

Uma das bandeiras do Projeto de requalificação — a participação cidadã no processo de tomada de decisões, no entanto, não foi absorvido pela pesquisa de campo. A questão treze indica que mais da metade dos entrevistados se mantiveram distantes das discussões dos litígios do PSB. Essa falta de interesse dos moradores de borda retrata o grau de distanciamento entre população e órgãos estatais envolvidos nas obras de requalificação. O reflexo disso é a ineficiência da formação de redes intersetoriais prejudicando o sucesso do processo de gestão compartilhada e do sistema de governança.

O principal problema absorvido durante a pesquisa de campo não se resolve com públicas paliativas. A insegurança percebida pela população é consistente para os moradores de entorno do PSB. Neste sentido, as intervenções realizadas não são capazes, por si só, de reverter os graves problemas de ordem estrutural presentes na Região Administrativa que abriga o PSB. A necessidade de ações estruturantes voltadas para a diminuição dos altos índices de criminalidade e de efetivas ações de infraestrutura é o principal componente observados pelos órgãos competentes. Até lá torna-se difícil compatibilizar intervenções setorializadas com antigas demandas sociais.

6 INTERVENÇÕES REALIZADAS NO PARQUE SÃO BARTOLOMEU E ENTORNO

Iniciadas em 2009 com previsão de entrega para o segundo semestre de 2014¹⁴ as obras de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre se estabelece como uma importante iniciativa para os moradores do Subúrbio Ferroviário na promoção de suas potencialidades turísticas, ambientais, econômicas e sociais. O projeto de mesmo nome se caracteriza pelos diálogos e audiências entre representantes de entidades do Subúrbio Ferroviário, Prefeitura Municipal de Salvador e governo estadual garante a coordenadora das atividades de desenvolvimento social da CONDER.

Inclusa ao Projeto Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre as obras de Requalificação Urbana e Ambiental do Parque São Bartolomeu é parte integrante da Unidade de Gestão de Projetos Dias Melhores da SEDUR, fruto do Acordo de Empréstimo N° 7344-BR, assinado em 2006, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos advindos do acordo têm o objetivo reduzir a pobreza no estado, especificamente entre as populações urbanas de maior vulnerabilidade social. Sua estrutura envolve três componentes, voltados para a oferta de infraestrutura urbana; oferta de equipamentos e serviços sociais; além do fortalecimento institucional e gerenciamento do Projeto (BAHIA, 2010).

6.1 AÇÕES SOCIAIS E INTERVENÇÕES FÍSICAS

Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) as propostas de intervenção fazem parte de um conjunto de ações que vão além do perímetro do parque. As ações abrangem o Parque São Bartolomeu, o Estuário do Rio do Cobre (São Bartolomeu), o bairro de Pirajá (encosta de Pirajá), a Lagoa da Paixão, e a Sub-bacia do Mané Dendê. As intervenções urbanísticas propostas também contribuem para a recuperação de áreas degradadas, resultando na redução dos riscos ocasionados por desastres naturais.

¹⁴ O prazo inicial para conclusão das atividades inicialmente previstas era de quatro anos, prazo este que foi estendido por cerca de mais dois anos.

O projeto de requalificação traz em si a preocupação em desenvolver estratégias que possibilite a manutenção das intervenções bem como fomenta atividades econômicas das áreas beneficiadas. Dentre essas atividades está a componente Fortalecimento Institucional, Estudos e Gestão de Projetos que destina o aporte de 10% (dez por cento)¹⁵ do montante global dos recursos do empréstimo para ações de: i) atividades de capacitação dando-lhes ferramentas que irão capacitá-los para melhor gerir e planejar o processo de projetos urbanos na redução da pobreza; ii) uma variedade de estudos que serão necessários para apoiar a execução do projeto e iii) gerenciamento de projetos, incluindo acompanhamento, monitoramento e avaliação (DIRD, 2005).

Quadro 4: Resumo dos investimentos e benefícios

Investimentos:	
Governo da Bahia	
Acordo de Empréstimo 7344-BR/2006 (BIRD)	Valor - R\$ 126.369.012,09
Governo Federal Minha Casa, Minha Vida	Valor - R\$ 57.570.620,36
Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre em números:	
Beneficiários Diretos: 48.716 pessoas	
Beneficiários Indiretos: 115.685 pessoas	
Famílias Reassentadas: 477	
Unidades Habitacionais Construídas: 1.744 Unidades Habitacionais - a serem construídas (MCMV 2): 1.500	
Total dos recursos empregados:	R\$ 183.939.632,45

Fonte: Elaboração da autora

6.1.1 Poligonal de Integração Social

O apoio do setor público se faz necessário no sentido de prospectar um novo leque de possibilidades defendidas pelo Projeto de requalificação que traz consigo estratégias de desenvolvimento social e ampliação das possibilidades econômicas. Essas estratégias estão definidas através das Poligonais de Integração Social (PIS), que definem a abrangência territorial das diversas ações de desenvolvimento social, comunitário e econômico.

As ações propostas apontam para as novas formas de interação entre organismos locais e instituições na promoção do desenvolvimento local. São instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e a atenuação das desigualdades social.

¹⁵ Completando a proporção: 65% dos recursos destina-se a Oferta de Infraestrutura Urbana e 25% corresponde a Oferta de Serviços Sociais (Relatório nº: 3.1856-BR - BIRD, 2005).

Quadro 5: Estratégias de Desenvolvimento Social

- Trabalho, Emprego e Renda: promover ações estratégicas para a qualificação profissional e geração de trabalho e renda, que proporcionem o fortalecimento e o poder aquisitivo da comunidade;
- Fortalecimento Organizacional: fortalecer as Organizações Sociais e os Empreendimentos Econômicos Solidários, favorecendo a cooperação entre agentes, bem como promovendo a Sustentabilidade do Projeto;
- Segurança e Convivência: estimular o convívio saudável e democrático, além de promover a troca de experiência entre diferentes gerações;
- Regularização Fundiária: promover a segurança da posse, através da titulação do imóvel.

Fonte: BAHIA, 2004.

Essas estratégias fazem parte de um conjunto de ações que visam fortalecer as condições econômicas da comunidade através de ações voltadas para o desenvolvimento das atividades comerciais e de cooperação. As estratégias de segurança e convivência visam estimular os diálogos entre diferentes gerações. Esta ação é positiva porque estimula nos jovens o interesse pelo Parque através dos relatos das experiências vividas uma vez que, algumas décadas atrás, eram frequentes as festas e confraternizações que reuniam centenas de pessoas na área do parque. Durante a etapa de reconhecimento da área foi possível perceber algum saudosismo de uma época em que a violência e o preconceito não eram os principais vilões do PSB.

6.1.2 Poligonal de Intervenções Físicas

Dentro do PIS foram delimitadas também as Poligonais de Intervenção Física (PIF), onde se concentram as obras de requalificação urbana e ambiental, quais sejam: Lagoa da Paixão; Sub-bacia do Mané Dendê; Bairro de Pirajá, incluindo sua encosta; Parque São Bartolomeu; Estuário do rio do Cobre (São Bartolomeu). Este trabalho concentra seus estudos na PIF Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu

As FIF e PIS estão contidas no Plano Integrado de Desenvolvimento Social (PIDS):

Tal Plano consiste da articulação de diversas formulações anteriores relativas a Eixos Temáticos de aglutinação das ações sociais que seriam implementadas nos territórios de atuação do Projeto, quais sejam: Geração de Trabalho e Renda, Segurança e Desenvolvimento Social; trazendo como diferencial a superação de uma certa estanqueidade, pulverização e excesso de atividades que marcavam tais proposições isoladamente (SILVA, 2011).

Quadro 6: Poligonais de Intervenção Física (PIF) da PIS do Cobre

PIS	DETALHAMENTO
Reabilitação do Parque São Bartolomeu	Recuperação e revitalização do Parque, com vistas a torná-lo um centro de referências da história, cultura e da natureza de Salvador, dotando-o de equipamentos sociais e infraestrutura que darão suporte a programas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população. O projeto prevê a implantação de uma Via de Contorno/Sistema de Proteção do Centro de Referência Parque São Bartolomeu, do Núcleo Cultural de Pirajá, e a urbanização da Praça de Oxum.
Urbanização da Encosta de Pirajá	Intervenções físicas com produção habitacional e oferta de infraestrutura na encosta de Pirajá, ao longo da Via de Contorno que será implantada nos limites do Parque São Bartolomeu. A poligonal do Projeto apresenta área de 206.033 m ² , população de cerca de 6.300 habitantes e aproximadamente 1.500 domicílios.
Urbanização Da Comunidade de São Bartolomeu	Intervenções físicas com produção habitacional e oferta de infraestrutura na Comunidade de São Bartolomeu. A poligonal do Projeto apresenta área de 116.970 m ² , população de cerca de 2.000 habitantes e aproximadamente 500 domicílios.

Fonte: BAHIA, 2009.

No quadro acima estão discriminadas as PIF Urbanização da Comunidade de São Bartolomeu, cujas as ações integram o Plano Requalificação e Revitalização da Bacia do Cobre. A recuperação do Parque tem a intenção de oferecer equipamentos físicos e sociais que darão suporte a programas de inclusão social e melhorias que visam a qualidade de vida da população.

As políticas públicas realizadas são bem-vindas e irão proporcionar melhorias às populações do entorno do PSB, no entanto, existem alguns elementos que resistem à essa perspectiva de desenvolvimento. Esses elementos fogem do raio de ação das Poligonais Físicas e Sociais do projeto de Recuperação e Revitalização do PSB. São problemas estruturais e de segurança pública que, em muitos aspectos, afugentam os visitantes e limitam os moradores de alargar sentimentos de pertencimento e de afeição do Parque. As políticas públicas precisariam estar mais encadeadas visando maior articulação entre os elementos local-global para que possam prospectar novas soluções e atenuar velhas demandas.

6.1.3 Análise das intervenções através de registros fotográficos

Uma das formas de conferir o andamento das intervenções realizadas foi através de visitas ao local de execução das obras. Alguns equipamentos já estão em pleno funcionamento caso do Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá – um dos Portais de entrada ao parque (foto 11) – que, embora seja imponente e espaçoso oferece poucas atividades voltadas para as áreas que o denomina, e da creche comunitária Heroínas do Lar (foto 10) com capacidade para atender

200. Embora o acesso seja livre a implantação do cercamento da área do parque com gradil e alvenaria (foto 9) justifica-se pela proteção e controle das visitas e incursões feitas ao local, além de impedir as investidas de futuras invasões.

Foto 9: Via de Contorno/Sistema de Proteção



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 10: Creche Heroínas do Lar



Fonte: Elaboração da autora, 2014

As ações na área habitacional é uma das principais bandeiras do plano de requalificação da Bacia do Cobre. Algumas unidades já foram entregues (figura 10) outras estão em processo de finalização (foto 12). As ações têm por objetivo ordenar e oferecer residências com infraestrutura adequada, ordenando o espaço e contribuindo para prevenção de acidentes, comuns na região em épocas de chuva.

Foto 11: Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 12: Unidades habit. em construção



Fonte: Elaboração da autora, 2014

O Centro de Referência Parque São Bartolomeu (foto 13) é o principal portal de acesso ao parque, nele serão oferecidos serviços de apoio social e será implantado um pequeno museu contando a história do Parque ressaltando seus aspectos ambientais e culturais. Está em andamento também a urbanização da Praça de Oxum, a construção das Praças de Esporte de Ilha Amarela e Rio Sena, urbanização das vias de acesso, urbanização com produção habitacional, implantação de infraestrutura na Encosta de Pirajá e urbanização da comunidade São Bartolomeu, incluindo a via de borda local com píer.

Figura 7: Unidades habitacionais entregues



Fonte: BAHIA, 2014

Foto 13: Centro de Referência P. São Bartolomeu



Fonte: Elaboração da autora, 2014

Foto 14: Praça de Eventos (em fase de implantação)



Fonte: Elaboração da autora, 2014

A implantação da Praça de Eventos (foto 14) é uma das principais ações a nível da PIS. Tem por objetivo tornar as atividades de comércio informal da principal entrada do Parque em um espaço organizado. Os boxes serão padronizados e terão infraestrutura mínima de

acolhimento aos comerciantes e de conforto para os visitantes. Localizado em frente ao Centro de Referência Parque São Bartolomeu, o local promete ser um importante ponto de comércio e negócios.

Com o objetivo de definir intervenções imediatas no PSB a CONDER elaborou em março de 2004 a Proposta de Intervenção no Parque São Bartolomeu este conjunto de medidas marca a presença das autoridades públicas nesta área extremamente significativa para a cidade de Salvador. Nesta Proposta foram selecionados 13 (treze) pontos, considerados prioritários para o êxito do conjunto das intervenções:

1. Implantação de acesso ao Parque pela Av. Suburbana e implantação da Sede da 2ª Cia. do 16º Batalhão da Polícia Militar.
2. Implantação da rótula de acesso ao Parque.
3. Recuperação e ampliação da Praça de Oxum.
4. Implantação da Casa dos Cultos na Cachoeira de São Bartolomeu.
5. Implantação de acesso ao Parque pelo bairro de Pirajá/Rua 24 de Agosto, incluindo a Edificação da Subprefeitura e implantação do Posto Policial.
6. Recuperação da antiga sede da 3ª CIPM da Polícia Militar.
7. Pavimentação e iluminação da Estrada de Ligação da Ilha Amarela/Quartel PM/Pirajá.
8. Melhoramento urbano do Núcleo de Vizinhança Ilha Amarela – estudo preliminar.
9. Implantação de Acesso ao Quartel da Cia de Polícia de Proteção Ambiental – COPPA/Ilha Amarela.
10. Retirar e reassentar ocupações desordenadas da Rua das Flores.
11. Implantação do Complexo Esportivo Ilha Amarela – Projeto Básico.
12. Núcleo Esportivo de Vizinhança Planalto Real – Projeto Básico.
13. Urbanização em Ilha Amarela (proteção da cachoeira de Nanã) – Projeto Básico.

Também faz parte deste conjunto de intervenções ações de ordem social de uma escola municipal; ações institucionais como a ampliação do poligonal, que passaria a abranger toda a Bacia do Cobre; consolidação do quadro fundiário e realocação de ocupações irregulares; intervenções contínuas – sistema viário, infraestrutura em rede, iluminação, abastecimento de água, telefones e esgotamento sanitário; intervenções pontuais – acessos, circuito hidroviário e a criação de Núcleos de Atividades – Administração e Recepção, Esportivas, de Comércio de Serviços e Culturais.

Algumas ações da Proposta foram incorporadas ao Projeto. No entanto, as medidas que proporcionariam melhoramento em segurança e proteção para moradores e visitantes do Parque não foram implantadas (equipamentos 1, 6 e 9). Também não saíram do papel os itens 3, 4, 11 e 12. Isso reforça o que já foi explanado anteriormente. As ações estruturantes e de segurança são secundárias para o plano de requalificação da Bacia do Cobre que se atem à oferta de equipamentos físicos e ao agenciamento de ações sociais.

7 AÇÕES INSTITUCIONAIS E LEGAIS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO PSB

Criado em 24 de abril de 1978 pelo Decreto Municipal nº 5.363, o Parque Metropolitano de Pirajá inclui o Parque de São Bartolomeu, Parque Florestal da Represa do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá. Esta ação garantiu o reconhecimento oficial dos valores científicos, ambientais, históricos, culturais, educativos, religiosos e turísticos de seu território. São 1.550 hectares de florestas, cachoeiras e rios, em grande parte já alterados pela depredação da mata e pela poluição dos seus mananciais.

A partir do Decreto-Lei nº 7.970 de 05 de junho de 2001 do Governo do Estado da Bahia, um importante passo foi dado na direção da preservação e da conservação da área que abriga o Parque. Nesta data fica instituída a Área de Proteção Ambiental Estadual - APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu que abrange os municípios de Salvador e Simões Filho.

Desde a sua criação ou instituído como Área de Preservação Ambiental (APA) em 2001 o Parque Metropolitano de Pirajá e, mais precisamente o Parque São Bartolomeu, vem padecendo com o abandono e as depredações a ponto de ficar esquecido pelas autoridades e hostilizado por grande parte da população da cidade de Salvador e o que é pior pela população de borda, que não se identifica ou mesmo respeita o seu valor cultural e histórico.

A APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu ocupa uma área de 1.134 hectares. Nessa APA estão contidos o Parque Metropolitano de São Bartolomeu/Pirajá, a Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre e a Lagoa da Paixão. A região serve de refúgio para muitas espécies da fauna e da flora, caracteriza-se pela grande diversidade biológica distribuídos em uma reduzida porção territorial onde se inclui: floresta ombrófila densa, ambientes fluvio-marinhos, pântanos, manguezais, rios e cascatas. Ao centro se destaca a represa do cobre (reserva de água potável), que guarda paisagens bucólicas às margens do grande espelho d'água permeando vales arborizados. Este ameaçado remanescente de Mata Atlântica também comporta importante manancial hídrico que abastecia os cerca de 200 mil habitantes que vivem em sua borda.

Dentro da área da APA encontra-se o Parque São Bartolomeu, uma área de domínio público não-edificável criado pelo Decreto Municipal de desapropriação 4.590 de 21/02/74, sendo

depois incorporado ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos de Salvador pelo Decreto Municipal 4.756 de 13/03/75. Com uma área de 75 ha, o parque é uma das últimas reservas de Mata Atlântica em área urbana do Brasil.

As ações institucionais ocorridas foram importantes para a conservação do rico e diversificado ecossistema do parque que abrange o Manguezal que se estende desde Estuário da Bacia do Rio do Cobre até o fragmento florestal de Mata Atlântica uma das poucas reservas ainda existentes no Município. No entanto, isso não significa garantias de melhorias socioeconômicas, no máximo estipula uma série diretriz de ordem ambiental direcionada a uma área antes desprotegida institucionalmente.

Em suas belas trilhas estão presentes a identificação com o continente africano através de sua resistência e luta perpetuada pelos ritos e costumes das religiões de matriz africana que têm o Parque como um local sagrado. Este importante ecossistema está circunscrito pelos bairros de Ilha Amarela, Rio Sena, Mirante de Periperi, São Bartolomeu, Alto do Cabrito e Pirajá.

7.1 O PDDU COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DO PSB

As cidades brasileiras, na sua quase totalidade, têm vivido uma realidade de completa falta de planejamento e controle de ocupação do solo e de implantação de infraestrutura adequada – a cidade de Salvador não foge a essa regra. A terceira maior cidade do Brasil padece dos problemas das grandes metrópoles, sobretudo ao tentar conciliar um dos grandes dilemas da Economia Moderna: crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Ademais, a forma excludente de ocupação conferiu à cidade o atual desenho urbanístico, que tem na crise da moradia sua principal referência.

A cidade está dividida por regiões de alto poder aquisitivo¹⁶ considerados “ilhas de riqueza”, detentoras da maior parte dos serviços de infraestrutura, saneamento e lazer e, inversamente, por “territórios populares”¹⁷, compreendidos na maioria dos casos por espaços informais da

¹⁶ [...] os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica da Cidade, Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba, Itaipara, Alto do Itaipara, Caminho das Árvores, Costa Azul, Stiep etc. Territórios que poderíamos considerar (GORDILHO, 2000, *apud*, SOARES 2000b).

¹⁷ “Constituídos pelas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador, compreendidos através dos bairros: Cajazeiras (II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI), Fazenda Grande (I, II, III, IV), Boca da Mata,

cidade; ilegais juridicamente ou fruto de projetos públicos de reurbanizações populares¹⁸ cujo principal determinante é de que estejam distantes do centro da cidade. O objeto de estudo deste trabalho também é parte integrante desses “territórios populares”.

Na perspectiva de corrigir essa falta de ordenamento são elaboradas políticas públicas¹⁹ voltadas para o controle e ordenamento do uso do solo. Uma dessas políticas de ordenamento e controle é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

O PDDU é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, nele são fixadas diretrizes objetivas (metas) que buscam ordenar o desenvolvimento global e constante do município. Este também se constitui o principal instrumento para a gestão do PSB, visto que estabelece instrumentos e normas de caráter legal voltadas para o ordenamento urbanístico e o uso do solo sob os aspectos físico, social, econômico, ambiental e administrativo que objetiva o “bem estar da população”.

O Plano Diretor do município de Salvador instituído pela Lei Nº 7.400/2008 em seu Capítulo V discorre sobre Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural, na Subseção II fala sobre as Áreas de Proteção Ambiental que no artigo 222 estão contidas diretrizes para as áreas compreendidas na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. Dentre as principais medidas estão:

- I - promoção de gestões junto ao Governo do Estado da Bahia para conclusão do zoneamento ambiental da APA, com a participação do Município;
- II - atualização do enquadramento e da legislação de proteção ao Parque de Pirajá/São Bartolomeu, compatibilizando-os com as normas ambientais vigentes e com as diretrizes desta Lei;
- III - elaboração de estudos ambientais específicos para constituição de Unidade de Conservação Integral abrangendo a área de proteção à represa do Rio do Cobre, de modo a

Mussurunga (I,II,III) Parque São Cristóvão, Alto do Girassol, Raposo, Carobeira, Cassange, Nova Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros (aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixo de Coutos, Plataforma, Periperi etc.); Pau da Lima (Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc); e, outras áreas na região limítrofe do bairro da Liberdade” (SOARES, 2006 p 20).

¹⁸ Exemplos dessa modalidade são os bairros de Cajazeiras e Mussurunga (ididem, p. 23)

¹⁹ As políticas públicas são um agrupamento das ações desenvolvidas pelo Estado nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O objetivo principal consiste em atender um determinado problema econômico e social cujas decisões governamentais tendem a influenciar a vida da coletividade para as quais são destinados recursos financeiros dos orçamentos públicos (SOUZA, 2006 p. 20-45)

preservar a vegetação que mantém grande qualidade ecológica e é considerada Reserva de Biosfera da Mata Atlântica;

IV - elaboração de estudos específicos para recuperação do Parque São Bartolomeu, compatibilizando a conservação ambiental com o valor simbólico atribuído a esta área pelas religiões afro-brasileiras, que institui sua sacralidade e uso para fins ritualísticos, e também com usos de lazer de contato com a natureza, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para a educação ambiental;

V - controle sobre a ocupação intensiva do solo nas áreas de contribuição das nascentes do rio do Cobre e na vizinhança do Parque Pirajá/São Bartolomeu;

VI - implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a realocação dos assentamentos residenciais e das atividades econômicas incompatíveis localizadas no Parque Pirajá/São Bartolomeu;

VII - controle da exploração mineral na área outorgada, mantendo-a em níveis compatíveis com a capacidade de recuperação do ambiente e condicionando-a a reconstituição da paisagem na medida em que forem encerradas as atividades de lavra.

As diretrizes estabelecidas pelo PDDU ressaltam a importância de se adotar políticas de planejamento, preservação e controle dos atributos naturais do parque e de valorização de seus aspectos simbólicos e culturais. É embrionária a preocupação em sobrepujar as dimensões econômicas em relação às ambientais e culturais, amortizando a importância do Parque na construção da identidade socioambiental da região.

Causa preocupação observar que o Plano, apesar de propor controle e definir conceitos visando à proteção de áreas não estabelece nem esclarece **como** se dará tal proteção na medida em que não propõe mecanismos de efetivo controle e de penalidades em casos de descumprimentos. Como instrumento norteador de políticas de expansão e desenvolvimento o PDDU-2008 apresenta avanços em relação aos anteriores, mas a participação popular em seu processo de confecção e validação ainda são pontos de fragilidade (BANDEIRA, 2004 p. 3 *apud* QUEIROZ, 2007 p. 178).

7.2 A JURISDIÇÃO DA GESTÃO DO PSB

Até o encerramento das obras de requalificação (previsto para o primeiro semestre de 2014) os governos estadual e municipal dividem as responsabilidades na gestão da área do PSB.

Atualmente o Parque está sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) que concentra as atividades administrativas do Parque no Centro de Cidadania e Cultura de Pirajá (equipamento construído e em funcionamento) localizado à Rua 24 de Agosto no bairro de Pirajá.

A Prefeitura Municipal do Salvador (PMS) é a detentora do domínio da área na qual se localiza o PSB além de ser agente de cooperação técnica para a elaboração de projetos, execução de obras, gestão compartilhada e a manutenção do Parque. A Secretaria Cidade Sustentável (SECI) é o órgão público responsável em promover a gestão sustentável do Município de Salvador. Criada pela Lei nº 8.376, de 20 de dezembro de 2012 cujo regimento foi aprovado pelo Decreto Nº 23.862 de 04 de abril de 2013, essa Secretaria tem como competências:

...formular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar a política municipal do desenvolvimento sustentável, promover a gestão das metas do milênio no Município, executar estudos e planos para a promoção ambiental e preservação dos recursos naturais e administrar os parques, áreas verdes e demais espaços territoriais especialmente protegidos.

O Artigo 7º discorre sobre as responsabilidades da Diretoria Geral de Parques, Hortos, Jardim Botânico e Áreas Verdes, que tem por finalidade:

...administrar áreas verdes, parques, hortos e o Jardim Botânico do Município, estudar e preservar a flora regional sob os aspectos botânicos e culturais, propiciando meios para realização e divulgação de pesquisas tecnocientíficas e sua aplicabilidade.

A Subcoordenadoria de Gestão de Parques e Hortos é a responsável direta pelo Setor de Administração do Parque São Bartolomeu que em suas diretrizes estipula:

- a) Manter e conservar o Parque São Bartolomeu, tendo em vista a preservação do seu patrimônio biótico e geomorfológico;
- b) Supervisionar e acompanhar os serviços de vigilância, recuperação de equipamentos e manejo das áreas verdes;
- c) Indicar a necessidade da atuação de outros organismos municipais no Parque São Bartolomeu, em matéria que extrapole a sua área de competência;
- d) Coordenar e administrar os projetos socioambientais, de infraestrutura e de lazer;
- e) Adequar a utilização do parque ao calendário de eventos da cidade.

A definição de uma Secretaria para gerir as demandas do Parque, em si, é um grande avanço, pois viabiliza a comunicação entre a comunidade e os órgãos públicos responsáveis pela sua gerência, facilitando a cooperação entre os agentes e a solução dos litígios associados ao Parque. No entanto, as diretrizes apresentam fragilidades ao deixar de mencionar quais os órgãos responsáveis pelos serviços de vigilância, recuperação de equipamentos, limpeza e manejo das áreas verdes. Também não estipula medida repressiva em casos de infringência e descumprimentos da legislação.

7.3 O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES E A FORMAÇÃO DE REDES INTERSETORIAIS

Em razão de sua importância socioambiental, e histórico-cultural o Parque São Bartolomeu tem sido objeto de diversos estudos, projetos e intervenções, por isso mesmo atrai a atenção dos diversos atores sociais como o Poder Público, a Iniciativa Privada e as Organizações Não-Governamentais. A integração desses atores sociais em benefício de um território evidencia a formação de “redes interorganizacionais que passa a ser tomado dentro de uma abordagem mais ampla privilegiando a construção territorial” (SOARES JUNIOR, 2006).

Diante de um ambiente caracterizado pela diversidade cultural, ambiental e histórica, próprio do PSB, a necessidade de se adotar abordagens mais sistêmicas se impõe, sobretudo ao enquadrar as questões ambientais, econômicas e de desenvolvimento em um mesmo plano. Sobre isso, a abordagem Racionalista organizacional de Simon (1979) concilia princípios da racionalidade econômica, procedentes da economia clássica, com os limites da racionalidade das escolhas humanas de tal forma que:

...numa realidade social complexa e marcada pela diversidade de atores, o tomador de decisões não se isenta dos conflitos e discordâncias sobre objetivos e variáveis relevantes. Tais conflitos se manifestam individualmente e somam-se à limitação quanto à multiplicidade de opiniões e alternativas. Dessa forma, o processo decisório acaba se realizando sem esclarecimento prévio de todos os objetivos.

Assume uma abordagem que se opõe à racionalidade do *homo economicus* (que atinge a eficiência máxima no alcance dos objetivos organizacionais). Suas bases, na verdade, estão na racionalidade limitada do homem administrativo sobretudo porque há limites humanos no ato de processar informações. E esses limites se intensificam ainda mais em ambiente caracterizado pela diversidade cultural, ambiental e histórica, próprio do PSB. Assim as

tomadas de decisões devem agregar “conhecimentos interdisciplinares relacionados com as ciências biofísicas e socioeconômicas sob o enfoque holístico-sistêmico” (SOUZA, 2004 p. 80-81).

As dificuldades dos agentes sociais no processo de tomada de decisões envolvendo ambientes caracterizados pela complexidade de seus elementos endógenos implicam a institucionalização e a implantação de políticas de gestão ambiental capitaneadas pelo Estado:

Gestão ambiental qualifica a ação institucional do poder público no sentido de objetivar a política nacional do meio ambiente. É assim uma ação pública empreendida por um conjunto de agentes caracterizados na estrutura do aparelho do Estado, visando à aplicação da política ambiental do país. Esta envolve diretrizes constitucionais (que em grande parte respondem pela estrutura do setor) e orientações de governo (responsáveis em ampla medida pelo funcionamento do sistema) (MORAES, 1992, p.28, *apud* PEDROSA, 2007 p. 49).

Ainda segundo o autor, a gestão ambiental deve acompanhar a totalidade de gestão do território, seja a interveniente sobre o espaço construído, seja aquela relativa ao “manejo dos fundos territoriais e seus patrimônios naturais”. Desta forma, em nível macro, as ações de gestão ambiental instituíram-se instrumentos para a aplicação da política ambiental.

A definição Moraes (1992) esbarra, segundo Côrte (1997), em uma questão fundamental: “a fragilidade institucional dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão ambiental e a escassez dos recursos públicos”. A autora sugere a introdução de instrumentos econômicos, também conhecidos por mecanismos de mercados, como forma de minimizar parte dos problemas que envolvem questões ambientais, além de estabelecer critérios de equidade no uso dos bens considerados não econômicos. Este trabalho entende a importância, mas não se aprofunda na discussão dessa abordagem, apenas defende a articulação entre mecanismos de mercado e ações estatais na tentativa de encontrar soluções para problemas em ambientes caracterizado pela diversidade ambiental, cultural e histórica.

A mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território, são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Essas formas intermediárias de coordenação, por serem egressas do território assumem maior complexidade, não substituem a ação do mercado ou a ação estatal,

mas sobrepõe-se a estas na medida em que o território elabora, a partir de suas instituições próprias e de seus organismos específicos, uma estratégia de desenvolvimento local.

Sobre isso diz Leonardo Marco Muls Professor Adjunto do Departamento de Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF):

Em matéria de teorias, assistimos hoje a uma convergência entre duas concepções que antes eram dicotômicas e se defrontaram por muito tempo na economia do desenvolvimento. Nem planificação autoritária nem generalização das vantagens do livre mercado: o que está em jogo, para os territórios, é encontrar uma forma híbrida entre intervenções públicas pontuais e satisfatórias (eficientes) e ajustamentos descentralizados que sejam resultado das pressões competitivas, normais em tempos de globalização (MULS, 2004 p. 37).

Abstraindo a complexidades que a palavra “globalização” carrega, a abordagem de Muls se destaca por ser vanguardista. Ao introduzir na discussão a possibilidades de se mesclar elementos de mercado e de Estado o autor converge para uma abordagem desenvolvimentista mais moderna e mais coerentes com os novos cenários produtivos no tocante ao desenvolvimento local, sobretudo em se tratando de ambientes caracterizados pela diversidade.

A defesa por elementos econômicos e não econômicos na promoção das potencialidades de um território parece ser um caminho para conciliar o uso de atributos ambientais com a vulnerabilidade de estar sujeito aos interesses particulares das comunidades locais e do entorno. Conseguir fazer de ambientes heterogêneos um importante instrumento de Política Ambiental indica a importância da implantação de um eficiente processo de gestão que abarque todos estes aspectos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ao definir gestão ambiental ressalta a importância de condicionar a exploração dos recursos naturais às especificidades do meio ambiente com a participação de diferentes atores sociais:

Processo de articulação das ações dos diferentes agentes que integram em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos, e socioculturais – às especificidades do meio ambiente (IBAMA, 1995 p. 17 *apud* PEDROSA, 2007 p. 50)

A análise das diversas definições sobre gestão ambiental permite a constatação de que esta não adota conceitos rígidos ou definitivos, exigindo um processo constante de renovação e reconstrução, evoluindo e interagindo de acordo com os novos cenários socioeconômicos e ambientais.

Nessa perspectiva, este trabalho tenta instigar articulação intersetorial para que o poder público, principalmente o municipal, mediante um processo de discussão com as comunidades e demais agentes locais, possa estabelecer ou aprimorar os instrumentos legais que darão sustentação e estímulo às atividades econômicas socialmente responsáveis.

7.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA AMBIENTAL

A primeira intenção deliberada para estabelecer o que hoje chamamos áreas protegidas data do período antes de Cristo, passando pela Idade Antiga, até chegar ao ano de 1872 quando foi instituído o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. No Brasil a primeira tentativa ocorreu, oficialmente, em 1937 quando foi criado o primeiro Parque Nacional do Brasil, o Parque do Itatiaia cujo objetivo era atender as finalidades de pesquisa científica e a demanda turística.

As Unidades de Conservação (UC) são instrumentos legais importantes – em meio a uma legislação vasta, dispersa e complexa – para o delineamento de políticas de ordenamento e uso do solo. Ao definir Unidade de Conservação Côrte (1997) cita o IBAMA, que diz:

[...] espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da Natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Podem ser criadas pelos governos federal, estadual ou municipal.

As dificuldades de se identificar as melhores soluções para as políticas de gestão ambiental ficam evidentes em se tratando de ambientes caracterizados pela diversidade. Potencialmente essas dificuldades se sobressaem quando as UC estão inseridas em contextos urbanos. Promover o equilíbrio entre as variáveis econômicas e ecológicas se constitui um desafio para os diferentes atores sociais. A busca do equilíbrio entre esses dois objetivos é o que, por muitas vezes, justifica-se a criação das APAs e seus respectivos Planos de Manejo.

Apesar de ser instituída como APA no ano de 2001 o Plano de Manejo da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu está em fase de elaboração desde 2011:

Este instrumento é necessário para a gestão do parque, promovendo o desenvolvimento sustentável da área, possibilitando a preservação e a utilização racional dos seus recursos naturais, das suas tradições religiosas e históricas, desenvolvimento do seu potencial turístico, em consonância com o bem estar da sua população. (BAHIA, 2002).

Este importante instrumento de proteção permite ao poder público maior domínio sobre o território nas ações de ordenamento e controle do uso do solo e dos recursos naturais, onde a variável ambiental é inserida nas etapas de planejamento, tendo como meta, o desenvolvimento sustentável da área. Mas, ao contrário do que se possa planejar, isso não significa maior facilidade na obtenção do objetivo de proteção, sobretudo quando se tentar pleitear o equilíbrio entre os objetivos socioeconômicos e ambientais.

A APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu é uma categoria de UC. Pelas suas características ambientais, culturais, religiosas e históricas a região tem um alto potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo em geral e, particularmente, para o turismo de lazer, turismo cultural e turismo ecológico: vertentes do turismo comunitário. A implementação de um modelo de desenvolvimento baseado no viés turístico vem sendo barrada pela ausência de infraestrutura apropriada, aliada ao alto índice de violência, tanto na área da APA, como na região do seu entorno - densamente povoada.

As iniciativas de criar as APAs em regiões com potencialidades turísticas e usar este instrumento para promover o desenvolvimento desta atividade está delineada na criação de algumas APAs estaduais a exemplo da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu (CÔRTE, 1997, p. 45)²⁰. Esta ação denota a intenção de anuir elementos econômicos e ambientais desta categoria de UC com um modelo de desenvolvimento amparado na atividade turística.

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), responsável pelas políticas públicas socioambientais integradas estimula a gestão compartilhada das APAs estaduais por meio do Programa Gestão Ambiental Compartilhada. Este programa incentiva a descentralização da gestão pública do meio ambiente através de consórcios territoriais de

²⁰É também o caso das iniciativas de se criar APAs em regiões com potencialidades turísticas e usar estas iniciativas como instrumento para promover o desenvolvimento desta atividade (APAs Estaduais da Bahia)".

desenvolvimento sustentável, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente.

O modelo de gestão descentralizada deve comportar, ainda, os princípios da publicidade, da transparência e do controle social como direcionadores estratégicos imprescindíveis para o amadurecimento das interlocuções entre os diferentes atores sociais. O setor turístico brasileiro, por exemplo, na pessoa do Ministério do Turismo e os demais órgãos componentes do Sistema Nacional de Turismo também seguem essas diretrizes e reconhecem a importância de trabalhar e divulgar as informações de forma clara e objetiva, tanto para auxílio das decisões governamentais como para aproximar a interlocução quanto a planos, projetos, ações e dados relativos ao setor turístico.

7.5 IMPORTÂNCIA DO PALNEJAMENTO TURÍSTICO DESCENTRALIZADO

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo estruturado pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016 está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada e descentralizada. Este modelo de gestão evidencia a participação, democratização, consensos e acordos, que promovam a integração entre as diversas instâncias do governo, agentes econômicos e sociedade civil organizada. Por ser um modelo descentralizado e participativo promove a integração entre as diversas instâncias de governo e estrutura-se nos seguintes níveis de atuação: em âmbito nacional e em âmbito dos estados, regiões e municípios.

Quadro 7: Gestão Compartilhada do Programa de regionalização do turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança ²¹ Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: BRASIL, 2011

²¹ “O conceito de governança emerge mais precisamente no campo da Administração Pública e da Ciência Política, cuja definição expressa um novo padrão de gestão pública e de desenvolvimento, que passa pela articulação entre diversos atores políticos, administrativos e sociais. O termo é utilizado para referir-se a políticas de desenvolvimento que se orientam por determinados pressupostos sobre elementos estruturais como gestão, responsabilidades, transparência e legalidade do setor público, aspectos fundamentais e considerados necessários ao desenvolvimento” (MURICY, 2009 p. 141).

A preocupação com o envolvimento da comunidade nas tomadas de decisões é um importante diferencial no modelo de gestão descentralizada. Sobre isso o Projeto de Requalificação da Bacia Hidrográfica do Cobre desenvolvido pela SEDUR afirma:

Gestão compartilhada, baseada na construção de parcerias duradouras entre Estado e Sociedade, capazes de consolidar a autonomia local, a noção de co-responsabilidade em relação ao patrimônio coletivo, a sustentabilidade econômica e socioambiental da UC, a médio e longo prazos utilizando, inclusive, instrumentos legais de gestão como o Plano de Manejo e os Conselhos Gestores” (BAHIA, 2002).

Sobre o Plano de Manejo e o Conselho Gestor da área ambiental que abriga o PSB a tabela abaixo fornece informações esclarecedoras:

Quadro 8: Conselhos Gestores da Unidade de Conservação do Estado da Bahia: Bacia do cobre/São Bartolomeu

Nome da Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Plano de Manejo	Zoneamento	Gestor	Conselho Gestor	Data de Posse C. Gestor	Nomeação do Conselho Gestor (Publicação: DOE)	Municípios	Quantidade de Membros				
									Poder Público	Soc. Civil	Emprend Local	Total	
APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu	DECRETO Nº 7.970 DE 05 DE JUNHO DE 2001	EM ELABORAÇÃO DE TR	NÃO EXISTE	Humberto Chagas	ATIVO	04/11/2011	PORTARIA Nº 1037 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.	Salvador, Simões Filho (2)	20	20	20	60	

Fonte: (BAHIA, 2002), adaptado pela autora.

É possível observar incongruência entre o discurso e a praxe. Embora haja um Conselho gestor em atividade, o Plano de Manejo para a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu encontra-se em andamento desde 2011. Outro fator marcante diz respeito a inexistência de zoneamento (instrumento de política nacional que tem por objetivo regular o uso e ocupação do solo, estabelecendo a divisão do território em parcelas para determinadas atividades). Segundo o PDDU-2008 esta APA pertence a Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) Corredores de Uso Diversificado, uma classificação muito abrangente dada a importância ambiental e cultural da região no contexto da cidade do Salvador.

Para o uso do solo com a finalidade turística Queiroz (2007), ao citar Getz (1987) nos fornece contribuições importantes à classificação dos métodos de planejamento turístico seguindo quatro linhas de abordagens:

1. A abordagem do *planejamento turístico voltado para a comunidade*. Nesse método a análise dos impactos sociais do turismo passou a ser considerada fundamental, dada a necessidade de incorporação da comunidade nos processos de tomada de decisão e a percepção da importância desta para o alcance para o crescimento e do desenvolvimento do turismo.
2. A *abordagem de fomento ou impulsionalista*. Esta abordagem está pautada na ideologia do *laissez-faire* do século XIX e ganha robustez até o momento em que a massificação das atividades turísticas não causava impactos negativos em variáveis importantes dos segmentos da teoria do desenvolvimento (ambientais, sociais ou econômicas). Os processos de planejamento são realizados sem a participação da população local e objetiva o crescimento do turismo e a atração de um maior fluxo de visitantes e geração de receitas.
3. A *abordagem físico-espacial do uso do solo*. Esta última abordagem também merece especial atenção, posto que se “relaciona intimamente com o planejamento regional de destinos”. A preocupação com a saturação física e social do ambiente e a necessidade de os planejadores se preocuparem menos com os visitantes e dedicarem maior atenção ao bem-estar da comunidade receptora, ao tempo em que questiona a capacidade de carga das áreas turísticas e os possíveis impactos sociais decorrentes da expansão turística.
4. A *abordagem econômica*: Voltada para a “indústria de exportação”, ou seja, o objetivo de atrair divisas, assim como a melhoria dos resultados do balanço de pagamento são metas importantes a serem perseguidas. Segundo Queiroz (2007) esta visão de planejamento turístico concentra as atenções nos fatores econômicos, propulsores do incremento da renda, que passam a ser vistos como prioritários em relação aos problemas sociais e ecológicos.

De maneira alguma este trabalho recusa a *abordagem econômica*, mas a identificação maior com as abordagens do *planejamento turístico voltado para a comunidade* e a *abordagem físico-espacial do uso do solo* justifica-se pelo objeto de estudo, caracterizado pela diversidade ambiental, sociocultural e histórica.

A diversidade, elemento contumaz da formação territorial do PSB, constitui-se um dos fundamentos teóricos inerentes à atividade turística de base comunitária. No entanto, essa diversidade é paradoxal, pois expõe o desafio de se compreender a complexidade do território

em questão e de elaborar políticas públicas voltadas para o planejamento de áreas com essa marcante característica.

Não se constitui elemento central deste trabalho considerar o turismo como solução para todos os problemas do PSB, sobretudo por entender que as vantagens comparativas de seu capital cultural e natural não ultrapassam o gradiente de concentração das dificuldades estruturais intrínsecas à sua concepção socioespacial. Transformar essas vantagens comparativas em vantagens competitivas, assegurando e contribuindo para promover uma determinada autonomia, asseguraria um efetivo desenvolvimento socioeconômico, ou de maneira mais ampla um efetivo desenvolvimento local.

As obras de requalificação do PSB, nesse sentido, constituem-se uma medida de reorganização espacial para a produção de territórios de cidadania, favorecendo a preservação do parque, transformando-o num elemento indutor desenvolvimento local, articulando políticas públicas sociais, de saneamento ambiental, educação e cultura. Entretanto a ausência de infraestrutura apropriada para a região se constitui o principal enclave para se desenvolver as potencialidades de um modelo de turismo adequado para a região do PSB que mesmo com as importantes intervenções realizadas ainda padece com a falta de serviços públicos de qualidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender a importância histórica, cultural e ambiental sem deixar em segundo plano as questões econômicas e sociais tem sido o desafio de sociedades e governos. As intervenções realizadas na área da Bacia do Cobre prometem valorizar a interação entre diferentes atores sociais e contêm ações de agenciamento social e de oferta de equipamentos urbanísticos na área do PSB. As ações realizadas são importantes mas não são suficientes para reverter o quadro negativo das condições sociais e distributivas que se manifestam em baixos níveis de renda e na falta de políticas públicas voltadas para a solução do principal problema da região: a falta de segurança pública.

Pensar em alternativas que contornem as deficiências inerentes à região administrativa do PSB não se constitui tarefa das mais fáceis, no entanto, o modelo de desenvolvimento local que se apoia na valorização dos fatores endógenos aponta para uma modalidade de incremento das opções econômicas ancorado na proposta de turismo alternativo, mais precisamente, de turismo comunitário. Mas o sucesso da proposta de desenvolvimento fundamentado no turismo requer uma série de ações estruturantes associadas para que se traduza em reais perspectivas de bem estar para as populações de entorno do PSB.

O PSB possui atributos consideráveis mas se encontram subutilizados por falta de projetos que articulem alternativas de crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. A região, rica na diversidade de fatores ambientais, culturais e históricos esbarra na precariedade de serviços públicos de qualidade, por um lado, e de outro, na falta de ingerência dos planos de gestão e planejamento para as áreas verdes, sobretudo as APAs, contexto ambiental no qual o PSB está inserido.

A falta de articulação dos diferentes atores sociais na promoção de ambientes com as características do PSB se exibem como um enclave a modelos de desenvolvimento vanguardistas a exemplo de DL. Modelos obsoletos, que colocam em primeiro plano os mecanismos de mercado em detrimento das questões ambientais e sociais. Mas ambientes marcados pela diversidade de fatores endógenos compelem diálogos, tecem redes e se mostram, se não preparados, ao menos dispostos a participar dessa nova fase de transformações. As obras de requalificação é uma iniciativa importante, mas sozinhas, se mostram paliativas diante de um ambiente atingido por antigas demandas sociais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANÇA E BIBLIOTECA AMONEIA PARQUE. **Passeio no Parque São Bartolomeu**. Acervo virtual. Salvador, 2010. Disponível em: <http://bibliotecaamoneiaparque.blogspot.com.br/2010/01/passeio-no-parque-sao-bartolomeu_8873.html> Acesso em: 17/07/14.

BAHIA. Decreto nº 7.970 de 05 de junho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 06 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APACOBRE&p=APAAPA>>. Acesso em: 10/06/14.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER. **Conder apresenta à comunidade projeto de revitalização do Parque São Bartolomeu**. Bahia Toda Hora. Disponível em: <<http://www.bahiatodahora.com.br/noticias/salvador/conder-apresenta-a-comunidade-projeto-de-revitalizacao-do-parque-sao-bartolomeu>>. Acesso em: 20/05/2013.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER. **Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Bacia do Cobre**. Salvador: 2012. p. 16. Disponível em: <<http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/SEDUR-BA-BACIA-DO-COBRE.pdf>>. Acesso em: 20/05/2013>.

_____. **Lei nº 7.400/2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Salvador: 2008. Disponível em: <http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php>. Acesso em: 10/06/14.

_____. Secretaria de Comunicação Social. **Banco mundial aprova obras de revitalização do parque São Bartolomeu**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2013/03/05/banco-mundial-aprova-obras-de-revitalizacao-do-parque-sao-bartolomeu>>. Acesso em 20/05/2013>.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR. **Famílias recebem chaves da casa própria em São Bartolomeu**. 2014. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/familias-recebem-chaves-da-casa-propria-em-sao-bartolomeu/>> Acesso em: 28/06/14.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR. **Plano de ordenamento urbanístico e preservação ambiental da Bacia do Cobre**: relatório final. Salvador: [s.n], 2004.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR. **Projetos: Parque São Bartolomeu**. Salvador: [s.n.] 2007. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/parque-sao-bartolomeu>>. Acesso em: 13/06/14.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR. **Proposta de intervenção: Parque São Bartolomeu**. Salvador: [s.n.] 2004. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/parque-sao-bartolomeu>>. Acesso em: 12/04/14.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR. **Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia: Acordo de Empréstimo nº 7344-BR – Plano Integrado de Desenvolvimento Social.** Salvador, 2009.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Importância da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu.** Salvador: [s.n.], 2007a. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APACOBRE&p=APAAPA>>. Acesso em: 20/06/2013.

_____. Secretaria de Segurança Pública. **Pacto pela Vida: Principais Delitos – Capital, AISP – 05.** 2013. Salvador: 2013. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/wpcontent/estatistica/2013/CAPITAL/03_CAPITAL_2013.pdf>

_____. Sistema Estadual de Informação Ambiental e Recursos Hídricos - SEIA. **Conselhos Gestores:** Salvador [s.n.] 2002. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br/seuc/conselhos-gestores-0>>. Acesso em: 19/04/14.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD. **Project appraisal document on a proposed loan in the amount of US\$49.296 million to the state of Bahia with the guarantee of the Federative Republic of Brazil for the Bahia poor urban areas integrated development project - Viver Melhor II, Report Nº 3 1856-BR.** 31 out. 2005. 165 p. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/P132500_MM_EPP.pdf>. Acesso em: 12/05/14.

BARBOSA, Sílvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu: uma reconstrução histórica político-social.** 2003. 193p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo dos Campos, 2003.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRASIL. Lei nº 6.902/81 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Presidência da República – Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 27 abr. 1981.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm>. Acesso em: 12/06/14.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes 2011-2014.** Brasília: Editora Eletrônica Artplan, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf> Acesso em: 10/10/13.

_____. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Bolsa-Família**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005. 24 p. – (Sumários Executivos / TCU-SEPROG; 21)

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.): **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/724>>. Acesso em: 06/06/14.

CASTORE, Maria Elena. **O reuso do patrimônio industrial: o caso da antiga fábrica São Braz em Plataforma**, 2012. 140f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador, 2012. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2956>> Acesso em 25/03/14.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa; MOLINA, Glória Silvina Hernandes. **Construção do conhecimento histórico e identitário na sociedade através da memória e na história oral**. Santa Cruz do Sul: [s.n], 2006.

CHAMMAS, Priscila. Número de evangélicos avança 61% em 10 anos. **Correios**, Salvador, 30 jun. 2012. Disponível em: < <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/numero-de-evangelicos-avanca-61-em-10-anos/#>>. Acesso em 11/06/14.

CORDEIRO, Milai Rodrigues Alves. **Influência da Urbanização na Condição Hídrica da Bacia do Cobre – Salvador-Bahia**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana). Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: < <http://www.meau.ufba.br/site/usuarios/milaicordeiro>>. Acesso em: 10/06/14.

CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. **Planejamento e Gestão de APAs: enfoque Institucional**. Brasília: IBAMA-MMA, 1997. 106p. Disponível em: < <http://www.matutu.org/projetos/APAs.pdf>>. Acesso em 09/12/13.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo, Produção do Espaço e Desenvolvimento Desigual: para pensar a realidade brasileira**. 2008. Disponível em: < <http://nulan.mdp.edu.ar/369/1/Apo2008a12v2pp25-45.pdf>>. Acesso em: 18/07/14.

ESPINHEIRA, Gey. O Parque São Bartolomeu: esquecimento e memória. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes; BERBET, Sérgio (Coord.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Editora do Parque, 1998. 166p. (Coleção Cadernos do Parque).

_____. Salvador: a cidade feia e desumana. **Caderno CRH**. Salvador: v. 18, n. 44, p. 313-315, Maio/Ago. 2005. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2754>> Acesso em: 12/04/14.

_____. (Coord.). **Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia: 2004, 204 p.

_____. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização. **Cadernos CRH**, Salvador v. 18, nº 45, p. 460-461. Set./Dez, 2005. Disponível em: <

<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=826&article=66>. > Acesso em: 13/06/2014.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 292p.

FERRARI, Fabrício. **Estatística Fácil**. 2004. Disponível em: <<http://www.ferrari.pro.br/home/documents/FFerrari-Curso-Estatistica-Basica.pdf>>. Acesso em: 13/05/2014.

FERREIRA, Wagner. **Salvador: hoje cidade turística, antes industrial**. Salvador: 2012. Disponível em: <<http://www.bahiaeconomica.com.br/noticia/40978,salvador-hoje-cidade-turistica-antes-industrial.html>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA – FCCV. **Observatório da violência**. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.fccv.ufba.br/observatorio.htm>> Acesso em: 26/06/14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p.222. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-moderna-e-do-sec-xvi>>.

_____. CIDADES. Bahia, Salvador Síntese de informações. **Censo 2010: Domicílios particulares permanentes por Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1(salário mínimo)**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html>>. Acesso em: 19/06/14.

LINHARES, Maria Yedda. Subsistência e sistemas agrários na Colônia: uma discussão. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, v. 13, n. esp, p. 745-762, 1983.

LUIZ, Nelson. Parque São Bartolomeu: comunidade aguarda recuperação da reserva. **A Tarde online**. Disponível em: <http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=79>. Acesso em: 20/06/2013.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Parte I, Diversidade de olhares, p. 25-44.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso Chimanimani no centro de Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29553/000777536.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25/06/14.

MARQUES, Carlos Eduardo. **Remanescentes das comunidades quilombolas, da resignificação ao imperativo legal**. UFMG, Minas Gerais, 2008, p24. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Disponível em:
<<http://www.fafich.ufmg.br/antropos/arquivos/carlos%20eduardo%20marques.pdf>>

MENDES, Victor Marcelo Oliveira. **A problemática do desenvolvimento em Salvador: análise dos planos práticos da segunda metade do século XX (1950-2000)**. 2006. 274f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

MOTA, Alexandro. Verde de esperança: obras do Parque São Bartolomeu têm previsão de entrega em maio. **Correio da Bahia**, Salvador, 9 mar.2014. Mais, p. 14-15.

MOUTINHO, Lara da Costa. **A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional**. 2008. 398f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:<
http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/arqanexos/arqteses/laramoutinho.pdf>. Acesso em: 14/07/14.

MULS, Leonardo Marco. **O Desenvolvimento Econômico Local do Município de Itaguaí: o Capital Social e o Papel das Micro, Pequenas e Médias Empresas**. 2004. 427f. Tese – (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:<
http://teses.ufrj.br/ie_d/LeonardoMarcoMuls.pdf>. Acesso em: 16/07/14.

MURICY, Ivana Tavares. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Salvador: SEL, 2009. p. 9-28. (Série Estudos e Pesquisas; 82)

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O Processo de Ocupação e Urbanização de Rondônia: uma Análise das Transformações Sociais e Espaciais. **Revista de Geografia**, Recife, UFPE – v. 27, n. 2, mai/ago, 2010. P. 53-69. Disponível em:<
<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/252/224>>. Acesso em: 06/06/14.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2. sem. 1996. Disponível em:
<http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em 12/05/2014.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. Cultura, beleza e historia no Subúrbio Ferroviário de Salvador. **Nuvem Digital**, Salvador, 28 nov. 2011. Disponível em:< <http://nuvendigital.com/blog/2011/11/28/cultura-beleza-e-historia-no-suburbio-ferroviario-de-salvador/#ixzz37kw9ZrBV>>. Acesso em: 17/07/14.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: uma compilação de boas práticas**. São Paulo: Roca, 2004. p. 21-34.

PEDROSA, Ioman Leite. **A gestão ambiental e o pólo turístico Cabo Branco**: uma abordagem sobre desenvolvimento e meio ambiente. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 174p.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **França, Europa e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5377>>. Acesso em: 06/06/14.

PORTO, Edgard; CARVALHO, Edmilson. Concentração e descentralização na região metropolitana de Salvador. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 4, jul. 2001. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/599/444>. Acesso em 29/06/14.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo urbano, gestão pública e competitividade**: a experiência da cidade de Salvador. Salvador: P555, 2007. 304p.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM. **Cadernos da Cidade**, Salvador, ano 1, n. 1 Jun. 2009. Disponível em: < <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/>> Acesso em 16/05/14.

_____. **Decreto nº 5.363/78**. Dispõe sobre a criação do Parque Metropolitano de Pirajá, Parque de São Bartolomeu, Parque Florestal da Represa do Cobre e o Sítio Histórico de Pirajá. Salvador: 06 abr. 1978. Disponível em: < <http://www.compras.salvador.ba.gov.br/decredisp.php>>. Acesso em: 10/06/14.

_____. **Decreto nº 23.862 de 04 de abril de 2013**. Aprova o Regimento da Secretaria Cidade Sustentável – SECIS. **Cadastro Organizacional SECIS**, Salvador: 20 dez. 2013. Disponível em: < http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/cadastro_organizacional/documentos/SECIS.pdf>. Acesso em: 15/07/14.

_____. **Lei nº 8.376, de 20 de dezembro de 2012**. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Salvador e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Salvador: 25 a 26 de. 2012. Disponível em: < http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/cadastro_organizacional/documentos/SECIS.pdf>. Acesso em: 15/07/14.

SANTANA, Clísio Santos. **Nas Terras da Liberdade**: a pequena propriedade de terra no Recôncavo baiano (1850-1890). Cruz das Almas: 2010. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/index.php/downloads/seminario/63-anais-santana-clissio-santos>. Acesso em 12/05/14.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISHER, Tania (Orgs.). **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA 2010. p. 281-297. Disponível em: < http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/livros/caminho_das_aguas.pdf>. Acesso em: 23/01/13.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 464p.

SERPA, Ângelo (org). **Fala Periferia: uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: UFBA, 2001. Disponível em: <<http://onim.com.br/fabrica-sao-braz-como-parte-do-imaginario-do-bairro-plataforma/#sthash.sqoyGGFX.dpuf>>. Acesso em: 25/01/2014.

SILVA, Ana Maria Rodrigues; LACERDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A Evolução do Estudo da Pobreza: da abordagem monetária à privação de capacidades. **Bahia Análise & Dados: pobreza, desigualdade e ciclos econômicos**, Salvador, EGBA, v.21, n.3, p.509-527 jul./set. 2011.

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SOARES, Antonio Mateus de C. Violência, Crimes e Jovens Empobrecidos. In: ESPINHEIRA, Gey (org). **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**: Ministério Público da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.

_____. **“Territorialização” e Pobreza em Salvador – BA**. 2006. 130f. Dissertação - (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, Rio Claro, 2006. Disponível em: <<http://www.contatosociologico.crh.ufba.br>>. Acesso em 08/05/14.

SOARES JÚNIOR, Dimas. **A Organização de Redes de Unidades Produtivas como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento Territorial Rural**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. **Limite do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 11/05/2014.

SOUZA, Maurício Novaes. **Degradação e Recuperação ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. 2004. 371f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2004.

ZAOUAL, hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Parte I, Diversidade de olhares, p. 55-74.

APENDICE A: Questionário socioeconômico e de avaliação do plano de requalificação do Parque São Bartolomeu

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Ciências Econômicas
Elaboração de Monografia II

Aluna: Maria Sueli Batista

Questionário Socioeconômico

Data: ___/___/___

Pesquisador: _____

Nome _____

1. Gênero

M() F()

2. Faixa-Etária:

- () De 16 a 25 anos
 () De 25 a 34 anos
 () De 34 a 43 anos
 () De 43 a 52 anos
 () De 52 a 61 anos
 () De 61 a 70 anos

3. Nível de escolaridade:

- () Analfabeta
 () Ensino Fund. Incompleto
 () Ensino Fundamental Completo
 () Ensino Médio Incompleto
 () Ensino Médio Completo
 () Ensino Superior Incompleto
 () Ensino Superior Completo
 () Pós Graduado

4. Renda familiar mensal (SM)

- () Até um SM (R\$ 724,00)
 () De 1 a 3 SM (R\$ 724,01 a R\$ 2172,00)
 () De 3 a 6 SM (R\$ 2172,01 a R\$ 4344,00)
 () De 6 a 10 SM (R\$ 4344,01 a R\$ 7240,00)
 () Acima de 10 SM (acima de R\$ 7240,01)

5. Qual seu estado civil?

- () Solteiro (a)
 () Casado(a) / Mora com companheira (o)
 () Separado (a)
 () Viúvo (a)

6. Está empregado ou desempenha alguma ocupação remunerada?

() Sim () Não

7. Sua moradia é:

- () Própria
 () Alugada
 () Financiada
 () Cedida

8. Qual a importância do Parque São Bartolomeu (PSB) para você?

- () Muito importante
 () Importante
 () Pouco importante
 () Nenhuma importância

9. Por que o PSB é importante para você?

- () Área de lazer
 () Local de trabalho
 () Proteção da fauna e da flora
 () Fonte de abastecimento de água
 () Contribui para melhorar a qualidade do ar
 () Outros _____

10. O que mais lhe atrai no parque?

- () Fauna/flora
 () Prática de esportes
 () Área de comércio
 () Passeios caminhadas
 () Outros _____

11. O que falta no parque?

- () Segurança
 () Iluminação
 () Limpeza
 () Acessibilidade
 () Equipamentos p/ prática de esportes
 () Local para contemplação
 () Atrações artísticas/culturais

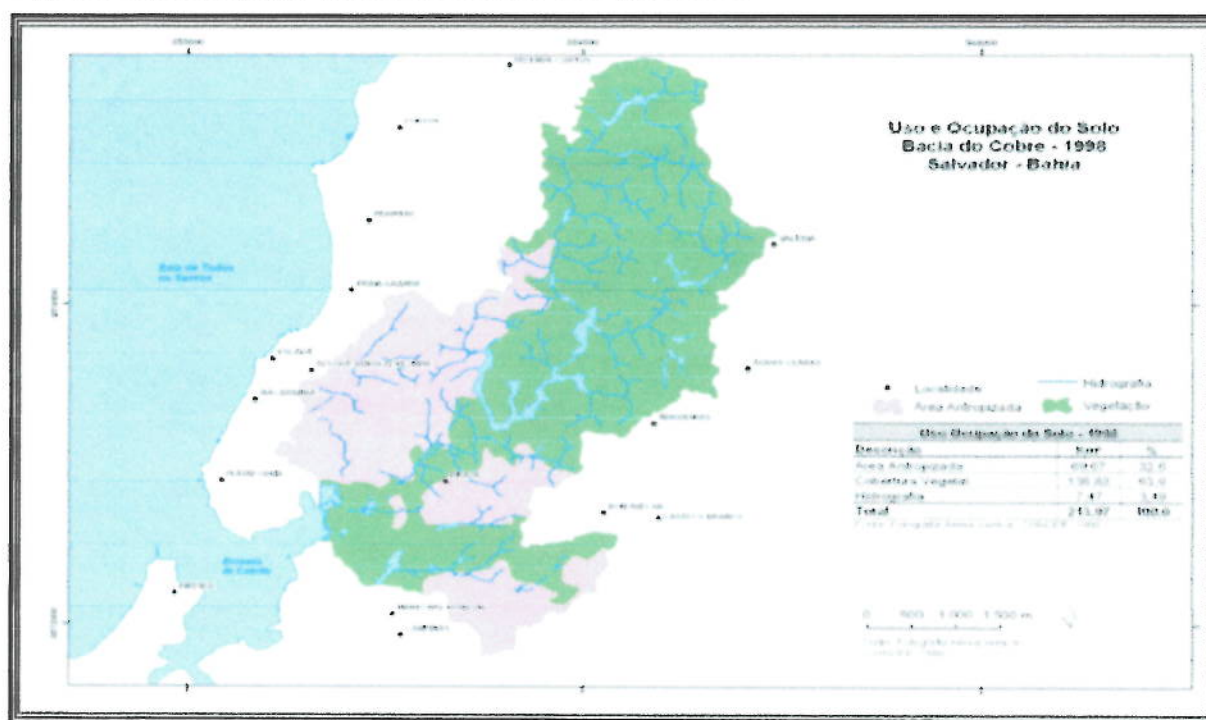
12. Qual o seu grau de envolvimento na conservação do parque?

- () Muito grande
 () Grande
 () Pequeno
 () Nenhum

13. Como você acompanhou as tomadas decisões durante o processo de requalificação?
- Pela imprensa
 - Participou de reuniões com os órgão envolvidos
 - Participou de reuniões com a comunidade
 - Todas as alternativas anteriores
 - Não se envolveu
14. Considera que os resultados alcançados com a requalificação podem proporcionar maiores oportunidades de negócios?
- Sim Não
15. Em que aspecto acha que o processo de requalificação irá favorecer o desenvolvimento do parque?
- Turístico
 - Oportunidade de emprego/ocupação e renda
 - Ambiental
 - Na valorização dos imóveis
 - Outros _____
16. Como classificaria os resultados alcançados pelo processo de requalificação?
- Ótimo
 - Bom
 - Ruim
 - Péssimo
17. Em que aspecto considera os resultados alcançados pelas obras de requalificação aquém do esperado?
- A arquitetura/urbanismo escolhidos não condiz com a realidade do parque
 - Os equipamentos instalados são de baixa qualidade
 - Não houve preocupação com a identidade religiosa do parque.
 - Não houve preocupação em valorizar os equipamentos naturais do parque (trilhas/caminhos, cachoeiras, rio etc.)
 - Não se aplica. Considera satisfatórios os resultados alcançados pelas obras de requalificação
18. Em que grau a identificação do parque com as religiões de matriz africana lhe incomoda?
- Incomoda pouco
 - Incomoda muito
 - Indiferente
19. Considera o parque um local importante na construção da identidade cultural, histórica e ambiental da cidade?
- Muito importante
 - Importante
 - Pouco importante
 - Nenhuma importância

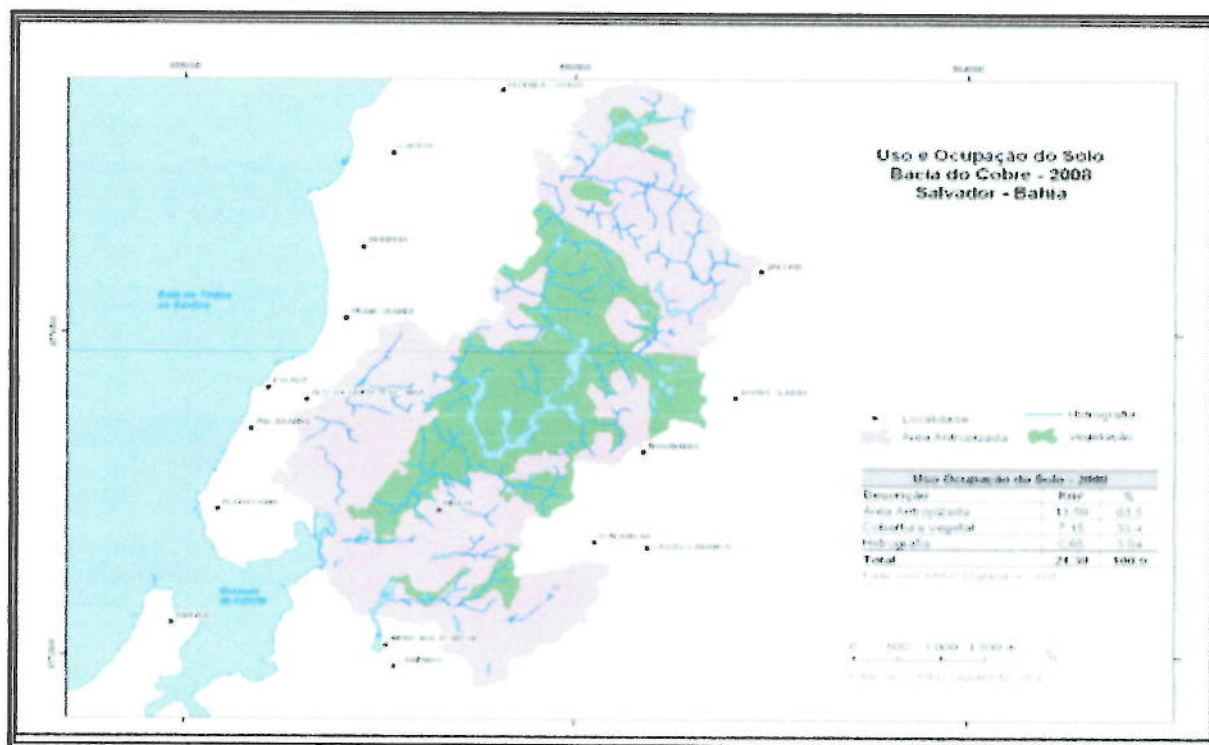
ANEXO A: Uso e ocupação do solo da área da Bacia do Cobre em 10 anos.

Figura 9: Uso e ocupação da área da Bacia do Cobre, ano 1998



Fonte: CORDEIRO, 2009 p. 110

Figura 10: Uso e ocupação da área da Bacia do Cobre, ano 2008



Fonte: CORDEIRO, 2009 p. 112